APAV®

associação portuguesa de Apoio à Vítima

Recortes de Imprensa

Novembro 2019

Apoio:

1986 LPM 2016

THE HOUSE OF PR

CISION

Diário de Aveiro

ID: 83251135

31-10-2019

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Regional

Pág: 2
Cores: Cor
Área: 26,09 x 10,59 cm²
Corte: 1 de 2

Um minuto de gritos, palmas, sirenes e sinos contra a violência doméstica

Protesto Desde o início do ano, já 30 pessoas foram vítimas mortais de violência doméstica no país, um número que se aproxima do total de 2018. O "barulho" que se fez ouvir ontem foi uma forma de protestar contra este fenómeno

Um momento de protesto foi audível e visível a meio da tarde de ontem em vários pontos da cidade de Aveiro. Junto à margem do Lago da Fonte Nova e à porta do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, juntaram-se cerca de 60 pessoas, funcionários da Câmara Municipal, que desceram até à rua para um protesto para que não sejam esquecidas as vítimas mortais da violência doméstica.

Este ano, já foram contabilizadas 30 mortes, um número que se aproxima do total atingido no ano passado.

EDUARDO PINA

Funcionários da Câmara concentraram-se, ontem, frente ao Centro de Congressos

Um momento que a Câmara assinalou, enquanto tocavam os sinos do edifício dos Paços do Concelho, também para procurar "evitar que haja mais vitimas". A campanha "NãoFiqueÀEspera - Não à Violência Doméstica" foi assinada pela Câmara, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Associação Nacional de Municípios Portugueses, Altice, Associação Portuguesa de Contact Center, Federação Portuguesa de Futebol e Liga Nacional de Bombeiros, entre outras.

Aveiro em quarto lugar

O Relatório Anual de Monitorização de 2018, com base nas queixas de violência doméstica apresentadas na GNR e PSP, indica 26.432 participações: 5.981 em Lisboa, 4.614 no Porto, 2.458 em Setúbal, 1.804 em Aveiro e 1.801 em Braga.

CISION
ID: 83252377
TV GUIA
01-11-2019
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: TV e Jogos
Pág: 48
Cores: Cor
Área: 19,14 x 28,79 cm²
Corte: 1 de 1

CROQUETE & COMPANHIA

À esquerda, a cantora brasileira Adriana Lua. À direita, Patrícia Candoso, embaixadora da COTRIL.

Rosa Bela Soares, a mulher de Carlos Areia, a cuidar do cabelo.

Leandro Pires ao lado da mulher, Rute Batalha Pires.

Luta contra a violência

A marca de cosmética COTRIL juntou-se à APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) contra a violência. Neste evento, as figuras públicas foram convidadas a fazer um diagnóstico capilar, cuidaram do seu cabelo e usufruíram de um maravilhoso final de tarde com vista sobre o rio Tejo. Patrícia Candoso é a embaixadora da marca contra a violência e também fez questão de marcar presença neste *sunset*, com direito a *cocktail*.

Joana Alvarenga com David Mesquita, o eterno Pulga de *Morangos com Açúcar*, e Patrícia Candoso.

FOTOS D.R.

CISION
ID: 83378799
TV GUIA
08-11-2019
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: TV e Jogos
Pág: 49
Cores: Cor
Área: 18,79 x 28,41 cm²
Corte: 1 de 1

João Ferreira, chefe de redação do CM/CMTV, a cumprimentar o presidente da Altice, Alexandre Fonseca, e Maria de Belém.

O protesto aconteceu em 18 distritos do País.

Protestos contra a violência

Sílvia Rizzo, Iva Domingues, João Ferreira e Rosa Mota foram algumas das figuras públicas que se juntaram para protestar contra a violência doméstica. A ação da Altice, em colaboração com a APAV, aconteceu em 18 distritos do País. O movimento teve como objetivo dar voz às vítimas e alertar para este drama nacional.

Sílvia Rizzo e Iva Domingues juntas em Lisboa.

"Não fique à espera, não à violência doméstica" foi um dos vários cartazes exibidos.

Rosa Mota também marcou presença.

FOTOS MARILINE ALVES

CISION

Imediato

ID: 83477047

08-11-2019

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Quinzenal
Âmbito: Regional

Pág: 2
Cores: Cor
Área: 16,67 x 13,53 cm²
Corte: 1 de 3

Violência doméstica não aumentou, mas ganhou visibilidade

Para a APAV "a violência doméstica abarca comportamentos utilizados num relacionamento, por uma das partes, sobretudo para controlar a outra. As pessoas envolvidas podem ser casadas ou não, ser do mesmo sexo ou não, viver juntas, separadas ou namorar. Todos podemos ser vítimas de violência doméstica. As vítimas podem ser ricas ou pobres, de qualquer idade, sexo, religião, cultura, grupo étnico, orientação sexual, formação ou estado civil".

No site desta associação de apoio à vítima pode ler-se que "o Crime de Violência Doméstica deve abranger todos os atos que sejam crime e que sejam praticados neste âmbito. Qualquer ação ou omissão de natureza criminal, entre pessoas que residam no mesmo espaço doméstico ou, não residindo, sejam ex-cônjuges, ex-companheiro/a, ex-namorado/a, progenitor de descendente comum, ascendente ou descendente, e que inflija sofrimentos: físicos, sexuais, psicológicos, económicos".

Este género de crimes, designados de violência doméstica, ocupam hoje um espaço central na vida dos portugueses. Na região norte e no Vale do Sousa em particular, o fenómeno é igualmente significativo (só nesta edição do IMEDIATO são notícia três casos – ver página 7). Para que o fenómeno tenha hoje uma dimensão pública, são lhe atribuídas diversas razões, desde as mudanças nos regimes legais, a alterações socio culturais. Porém, ao contrário do que pode parecer, os especialistas que lidam diretamente com este fenómeno, considerem que os crimes de violência doméstica não aumentaram, o que aumentou foi ação sobre eles e o espaço que conquistaram na opinião pública.

CISION

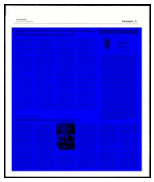
Imediato

ID: 83477047

08-11-2019

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Quinzenal
Âmbito: Regional

Pág: 3
Cores: Cor
Área: 25,65 x 30,50 cm²
Corte: 2 de 3



Presidente da Delegação de Paços de Ferreira da Ordem do Advogados, defende criação departamento específico para o crime

Os crimes de violência doméstica são hoje recorrentes na região e são, por isso mesmo, uma tipologia de crimes a que os escritórios de advogados não estão imunes. Ora defendo as vítimas ora defendendo os agressores.

Para o Presidente da Delegação de Paços de Ferreira da Ordem do Advogados, Daniel Dias Abreu, "a violência doméstica não aumentou, apenas está mais exposta. Felizmente, hoje, as vítimas e os familiares têm denunciado essas situações".

Reconhecendo que, na nossa região, por questões culturais, sociológicas, os crimes desta natureza sempre foram significativos, tal como a condução com álcool, o Advogado Daniel Dias Abreu, explica esta notoriedade do crime de violência doméstica com a alteração legislativa que veio tornar o crime público. "Antigamente era um crime que não lhe era dada muita importância, que não era muito investigado. Atualmente pelo contrário, vemos os senhores procuradores e os tribunais a investigar, ou seja, a atuar muito mais rapidamente, a aplicar medidas, nomeadamente penas de prisão e penas não privativas da liberdade, de forma muito mais célere do que há uns anos. Nós advogados até dizemos que é um crime da moda. Porquê? Estes últimos governos, foram fazendo um bocadinho isso. Verificamos que as mortes por violência doméstica não estão a diminuir e o governo está a ter uma atitude muito mais musculada relativamente a isto: está a contribuir para uma maior investigação".

Apesar da maior exposição pública dos crimes por violência doméstica, não significa que a evolução dos processos em tribunal esteja isenta de problemas ou até de espaços para melhorar. Daniel Dias Abreu destaca, desde logo, que este tipo de processos envolve, normalmente, a família e que, muitas das vezes, os familiares mais próximos, em julgamento, optam por não prestar declarações, o que, sem os testemunhos diretos, torna difícil ou impossível fazer prova.

O causídico reconhece que, na ação pública, tem havido melhorias muito significativas, seja porque os tribunais estão a dar mais importância a este tipo de crime, ou porque tenha havido mudanças culturais e sociais que facilitem a sua denúncia. O certo é que nem sempre o Ministério Público tem conseguido proteger atempadamente essas vítimas. Daniel Dias Abreu explica que, muitas vezes, são vítimas há longos anos, mas sem histórico disso. "Razão pelo qual, nem sempre, o Ministério Público lhes dá a importância devida, com o afastamento do agressor e vítima. Ao não o fazer expõe-na a uma maior pressão psicológica que, às vezes, leva às vítimas a pedir a suspensão provisória do processo".

Apesar das melhorias que considera existir, o Presidente da Delegação de Paços de Ferreira da Ordem dos Advogados reconhece um trabalho de pareceria entre o Ministério Público, os técnicos da Segurança Social e Reinserção Social, mas considera, contudo, que "seria necessário a criação de um departamento próprio". Que além do Ministério Público contasse com assistentes sociais e psicólogos para puder garantir uma maior proteção à vítima e uma melhor ação junto do agressor. Relativamente à vítima, "fragilizada psicologicamente e economicamente dependente do agressor (ela e os filhos, por quem muitas das vezes justifica o silêncio), diz ser impensável que não seja logo sinalizada para ter consultadas de especialidade, para as quais normalmente não tem condições de recorrer. Por outro lado, no que toca ao agressor, que "tem dificuldade em assumir a responsabilidade dos seus atos, que não reconhece a gravidade, que olha para a vítima como alguém que os devia suportar, também eles deviam ser acompanhados por especialistas".

Hernani Carvalho ao IMEDIATO

"Lei da violência doméstica andou à frente da sociedade"

Para o jornalista Hernâni Carvalho, que há muito se dedica a fazer análises e crónicas sobre temas criminais e judiciais, há hoje menos casos de violência doméstica do que antigamente. "Há mais visibilidade dos casos, mas há menos violência doméstica. Há mais gente a ficar esclarecida, há mais lei" e acrescenta que, no caso da violência doméstica, "a lei em Portugal, ao contrário do que é normal, andou à frente da própria sociedade". "Normalmente a sociedade pensa e isso transforma-se em força de lei. A lei da proteção das mulheres, penaliza cada vez mais. Já é um crime público, ou seja, desta vez foi a lei que chegou primeiro e não o que a sociedade pensa, o que raramente acontece". Hernâni Carvalho, que é doutorado em Psicologia, pós-graduado em Neuropsicologia e tem estudos graduados na área das Ciências da Religião, para além de ser membro das Academias Americanas de Psicologia e de Ciências Forenses, disse ao Imediato que "ninguém pode contestar que quem cria os homens são as mulheres. Quem os educa, são as mulheres. Estamos a falar da mulher esposa e companheira, da mãe que ensina ao filho determinadas coisas que não ensina à filha e vice-versa". O apresentador de programas televisivos como "Nas Ruas e

HERNANI CARVALHO

Linha Aberta" lembra que "ainda não passaram 50 anos sobre uma lei que, em Portugal, permitia que um homem matasse a mulher, desde que fosse em defesa da honra".

Hernâni Carvalho afirma que "entre estes polos, há toda uma vida cultural e institucional. É preciso perceber que, com o advento da emancipação da mulher, estas passam a perceber quão são donas da vida, ou seja, passam a ser elas a decidir quando é que há ou não nova vida. A mulher começa a conhecer e a alcançar lugares na sociedade ocidental, começa a ir para a universidade em grande número. Começam a ter acesso a profissões que não tinham. Começam a ter acesso a lugares de decisão e ao mesmo tempo a desmascarar, a denunciar e a dar visibilidade a uma realidade que foi a mesma realidade dos últimos 3000 anos".

Por outro lado, o jornalista que também tem rubricas sobre o foro criminal e judicial nos programas Querida Júlia e O Programa da Cristina, reconhece que "os miúdos hoje estão a ser criados para a igualdade de género, para a igualdade de acesso, seja mulher ou homem e isso está-se a refletir, mas devagar".

Considera que estamos no bom caminho, mas estamos a andar devagar. Defende que devia existir um departamento para as vítimas e as primeiras vítimas não são a mulher ou o homem, são as crianças. Uma criança não pode ser vítima do problema dos adultos. Em vez de haver casas de apoio para as vítimas de violência doméstica, defendo que deveria de haver sim casas de afastamento, porque quem deve ser afastado da casa de família é o agressor e não a vítima.

Na opinião de Hernâni Carvalho, as vítimas em Portugal são tratadas com os pés pelos tribunais. A Segurança Social "não serve para nada." "Não protege os velhos, porque não vai ver os lares, não protege as crianças porque não vai ver as instituições a quem paga. Como é que há de proteger as vítimas de violência doméstica? Só serve para pagar Rendimentos Sociais de Inserção e às vezes de forma muito suspeita".

CISION

Defesa da Beira

ID: 83480420

08-11-2019

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Regional

Pág: 15
Cores: Cor
Área: 15,71 x 7,85 cm²
Corte: 1 de 1

1 MINUTO DE BARULHO PELAS MAIS DE 30 VÍTIMAS QUE MORRERAM NO SILÊNCIO

No passado dia 30 de Outubro os Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão fizeram soar as sirenes do quartel, pelas 15h30, numa homenagem às vitimas de violência doméstica. Um minuto de barulho pelas 30 vitimas de violência doméstica que, só este ano, morreram no silêncio.

A homenagem foi promovida pela Altice/Meo, Associação de Apoio à Vitima, Liga dos Bombeiros Portugueses, Associação Nacional de Municípios, Associação Portuguesa de Contact Centers, Federação Portuguesa de Futebol e Rádio Renascença tendo, com este gesto, os Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão também se associado à mesma.

A Instituição, na sua página das redes sociais, deixou ainda um apelo:

#nãofiqueàespera

"O silêncio mata!

Seja violência emocional, violência social, violência física, violência sexual, violência financeira ou perseguição - urge denunciar.

Violência Doméstica é um crime público, o que significa que o procedimento criminal não está dependente de queixa por parte das vitimas, basta uma denúncia ou o conhecimento do crime, para que o Ministério Público promova o processo."

CISION

Diário de Coimbra

ID: 83522976

17-11-2019

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Regional

Pág: 14
Cores: Cor
Área: 13,82 x 19,22 cm²
Corte: 1 de 2

Quase 3 mil crianças vítimas de abuso sexual desde 2016

Justiça Amanhã assinala-se o Dia Europeu para a Protecção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual

Mais de 2.700 crianças foram vítimas de abusos sexuais nos últimos três anos e já em 2019 dezenas de crianças e jovens pediram ajuda por causa de um crime que acontece sobretudo na família e deixa marcas irreversíveis.

Amanhã, dia 18 de Novembro, assinala-se o Dia Europeu para a Protecção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual, uma data criada pelo Conselho da Europa para lembrar que, em média, uma em cada cinco crianças na Europa são vítimas de alguma forma de violência ou exploração sexual.

Os dados estatísticos do Ministério da Justiça mostram que nos últimos três anos, entre 2016 e 2018, foram registados 2.752 crimes de abuso sexual de menores pelas autoridades policiais portuguesas, tendo havido mais de 5 mil processos que deram entrada na Polícia Judiciária.

Já durante este ano várias dezenas de crianças e jovens precisaram do apoio da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e do Instituto de Apoio à Criança por causa deste tipo de crime. A APAV tem desde 2016 em funcionamento o projecto CARE, uma rede de apoio cofinanciada pela Fundação Calouste Gulbenkian, que apoia crianças e jovens vítimas de abuso sexual de forma gratuita, referenciados pela Polícia Judiciária, aos quais dão ajuda psicológica, jurídica ou até para lidar com as diligencias processuais.

Número de vítimas tem vindo a aumentar

Em declarações à Lusa, a responsável pela rede adiantou que o número de pessoas que aceitam a ajuda da APAV tem vindo a aumentar desde 2016 e que em 2019 deverá continuar «a curva ascendente».

De acordo com Carla Ferreira, receberam 131 novos pedidos de ajuda até maio, mas esse número já mais do que duplicou, o que leva a responsável a afirmar que este ano irá terminar com um número superior de casos aos registados em 2018. Os dados da rede CARE mostram que no ano passado foram apoiadas 304 crianças e jovens, um número acima das 251 registadas em 2017 e das 195 que pediram ajuda em 2016.

CISION

ID: 83523181

CORREIO da manhã

17-11-2019

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 15
Cores: Cor
Área: 25,70 x 6,89 cm²
Corte: 1 de 1

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

2700 crianças alvo de abusos

BALANÇO Casos registados em Portugal nos últimos três anos

CLÁUDIA MACHADO*

Mais de 2700 crianças foram vítimas de abusos sexuais nos últimos três anos, tendo dado entrada na PJ cerca de 5 mil processos desta natureza, revelam dados do Ministério da Justiça, no âmbito do Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual, que se assinala amanhã.

Durante este ano, já chegaram à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e ao Instituto de Apoio à Criança (IAC) largas dezenas de pedidos de ajuda. Na APAV, foram registadas 131 solicitações até maio, mas a associação estima que esse número tenha mais do que duplicado entretanto. O IAC, através da linha SOS Criança, recebeu até ao dia 15 deste mês 22 pedidos de ajuda por suspeita de abuso sexual e dois por pornografia infantil. • *COM LUSA

STOCKPHOTOS

SOS Criança recebeu 22 pedidos

"Maioria dos crimes praticados na família"

"A maioria dos crimes são praticados no seio da família", diz Carla Ferreira, da APAV, referindo que em 54% dos casos acompanhados os abusos sexuais foram cometidos por familiares das vítimas. Nos últimos três anos, 822 pessoas foram condenadas por abuso sexual de menores. •

CISION

JM

ID: 83523262

17-11-2019

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Regional

Pág: 22
Cores: Cor
Área: 22,67 x 13,26 cm²
Corte: 1 de 1

ABUSO SEXUAL

Três mil crianças são vítimas

Mais de 2.700 crianças foram vítimas de abusos sexuais nos últimos três anos e já em 2019 dezenas de crianças e jovens pediram ajuda por causa de um crime que acontece sobretudo na família e deixa marcas irreversíveis.

A 18 de novembro assinala-se o Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual, e os dados estatísticos do Ministério da Justiça mostram que nos últimos três anos, entre 2016 e 2018, foram registados 2.752 crimes de abuso sexual de menores pelas autoridades policiais portuguesas, tendo havido mais de cinco mil processos que deram entrada na Polícia Judiciária.

Já durante este ano várias dezenas de crianças e jovens precisaram do apoio da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e do Instituto de Apoio à Criança por causa deste tipo de crime.

FOTO DR

APAV já apoiou 881 crianças, numa média de 22 novas situações por mês.

A APAV tem desde 2016 em funcionamento o projeto CARE, uma rede de apoio que apoia crianças e jovens vítimas de abuso sexual de forma gratuita, aos quais dão ajuda psicológica, jurídica ou até para lidar com as diligencias processuais.

Em declarações à Lusa, a responsável pela rede adiantou que o número de pessoas que aceitam a ajuda da APAV tem vindo a aumentar desde 2016 e que em 2019 deverá continuar "a curva ascendente". De acordo com Carla Ferreira, receberam 131 novos pedidos de ajuda até maio, mas esse número já mais do que duplicou, o que leva a responsável a afirmar que este ano irá terminar com um número superior de casos aos registados em 2018.

CISION

Açoriano Oriental

ID: 83523614

17-11-2019

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Regional

Pág: 5
Cores: Preto e Branco
Área: 25,00 x 22,74 cm²
Corte: 1 de 2

Ministério da Justiça divulgou nomes de vítimas de crimes sexuais

Identificação de vítimas de crimes sexuais foram divulgadas através da plataforma Citius. Ministério da Justiça pretende corrigir situação

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianooriental.pt

Os nomes de várias vítimas de crimes sexuais foram expostos publicamente na plataforma Citius, um sistema gerido pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, ao longo dos últimos anos.

A plataforma criada pelo Ministério da Justiça para concentrar informação sobre o sistema de justiça português, revelou uma fragilidade ao divulgar a identidade das vítimas de crimes sexuais, na maioria dos casos menores, na área das diligências marcadas nos tribunais.

Os nomes poderiam ser encontrados através de uma simples pesquisa pela agenda dos julgamentos marcados para qualquer tribunal. Uma situação diagnosticada na Região, através do Açoriano Oriental, mas que também existe em outras comarcas do território nacional.

A Comissão Nacional de Proteção de Dados admite que "a prática seguida não é correta, pois não há necessidade de divulgar em rede aberta o nome dos ofendidos, em particular tratando-se de menores".

A Comissão Nacional de Proteção de Dados contactou com o Ministério da Justiça para alertar desta irregularidade e prometeu "naturalmente acompanhar os desenvolvimentos sobre o assunto".

Uma fonte do Ministério da Justiça admite que os nomes das vítimas, em determinados crimes não devem ser identificados na plataforma CITIUS.

"Cabe aos tribunais classificar os processos no sentido de proteger a identidade das vítimas nos casos de abuso sexual, conforme previsto nos artigos 87.º, nº 3, e 88.º, nº 2, al. C) do Código do Processo Penal", indicou a fonte do Ministério da Justiça acrescentando que esta situação deve ser aplicada às vítimas de crimes de tráfico de órgãos humanos, tráfico de pessoas e contra a liberdade e autodeterminação sexual".

EDUARDO RESENDES

Identificação dos menores vítimas de crimes divulgados no Citius

Carla Ferreira, gestora técnica do projeto CARE, desenvolvido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que apoia crianças e jovens vítimas de abuso sexual, considera que a divulgação dos dados dos menores viola o Estatuto da Vítima especialmente vulnerável.

"O artigo 22, da Lei n.º 130/2015, refere que não devem ser divulgadas ao público informações que possam levar à identificação de uma criança vítima, sob pena de os seus agentes incorrerem na prática de crime de desobediência. Isto não pode ser interpretado apenas para os jornalistas, mas também as pessoas que consultam o Citius não devem aceder à identificação dos menores. A divulgação dos nomes das vítimas é uma violação grosseira da lei", frisou Carla Ferreira. A gestora da APAV refere que as crianças "foram vítimas de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e não precisam que o seu nome esteja acessível a qualquer pessoa através de uma plataforma gerida pelo Ministério da Justiça".

O problema foi identificado nos Açores, mas também existe a divulgação dos dados de vítimas de crimes em outras comarcas.

"Fizemos a nossa própria pesquisa, tendo em conta os utentes que estamos a acompanhar, e verificamos que não existe uma prática uniforme. Existem outras comarcas a revelar o nome das vítimas. Não existe um padrão que permita concluir ser um problema da comarca A, B ou C. Isto é problemático, porque estamos a falar de um sistema que está acessível a qualquer cidadão", sublinhou, acrescentando "ser urgente regular esta situação".

Carla Ferreira refere que as regras para a comunicação social estão reguladas, para proteger a identificação das vítimas, mas neste caso "não é nada agradável ter um filho ou filha que passou por uma situação destas ter o seu nome divulgado num portal gerido pelo Ministério da Justiça. Não é nada difícil fazer uma pesquisa e obter a informação do arguido, vítimas e outros intervenientes processuais. Não está o processo disponível, mas existe informação suficiente para levar à identificação da vítima de um crime", concluiu. ◆

Dúvida

Quem protege os menores
Apesar das disposições legais existe a dúvida a quem compete proteger os dados dos ofendidos: os juízes ou oficiais de justiça?

CISION

Diário do Minho

ID: 83524150

17-11-2019

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Regional

Pág: 36
Cores: Cor
Área: 13,59 x 11,13 cm²
Corte: 1 de 1

NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

Quase 3 mil crianças vítimas de abuso sexual

Mais de 2700 crianças foram vítimas de abusos sexuais nos últimos três anos e já em 2019 dezenas de crianças e jovens pediram ajuda por causa de um crime que acontece sobretudo na família e deixa marcas irreversíveis.

A 18 de novembro assinala-se o Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual, uma data criada pelo Conselho da Europa para lembrar que, em média, uma em cada cinco crianças na Europa são vítimas de alguma forma de violência ou exploração sexual.

Os dados estatísticos do Ministério da Justiça mostram que nos últimos três anos, entre 2016 e 2018, foram registados 2.752 crimes de abuso sexual de menores pelas autoridades policiais portuguesas, tendo havido mais de 5 mil processos que deram entrada na Polícia Judiciária.

Já durante este ano várias dezenas de crianças e jovens precisaram do apoio da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e do Instituto de Apoio à Criança por causa deste tipo de crime.

A APAV tem desde 2016 em funcionamento o projeto CARE, uma rede de apoio cofinanciada pela Fundação Calouste Gulbenkian, que apoia crianças e jovens vítimas de abuso sexual de forma gratuita, referenciados pela Polícia Judiciária, aos quais dão ajuda psicológica, jurídica ou até para lidar com as diligencias processuais.

Redação/Lusa

CISION

Jornal de Notícias

ID: 83549859

19-11-2019

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 19
Cores: Cor
Área: 4,29 x 30,00 cm²
Corte: 1 de 1

Mais 40% de crimes sexuais contra crianças na Internet

Polícia Judiciária revelou dados desde o início do ano

BALANÇO Os crimes de cariz sexual praticados na Internet contra crianças aumentaram em Portugal cerca de 40%, entre janeiro e outubro deste ano, disse à Lusa a inspetora-chefe da Polícia Judiciária (PJ) Carla Costa, a propósito do Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual, ontem assinalado em Lisboa

Membro da Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológico (UNC3T), Carla Costa admitiu que a investigação é morosa e "por vezes complicada", depende de outras entidades – servidores e operadores –, com certas diligências que só um juiz pode autorizar.

INSISTIR NA PREVENÇÃO

A responsável realçou ainda a colaboração com a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) e com a associação "Miúdos Seguros na net". "É importante" prosseguir com a prevenção junto das escolas e das crianças e jovens, até porque são "vítimas fáceis" considerou.

Revelou ainda que a PJ está a "fazer estudos sobre os perfis dos agressores sexuais online", adiantando que 97% destes são do sexo masculino, alguns já com antecedentes criminais neste tipo de crimes.

Entretanto, foi divulgado que 2752 crianças foram vítimas de abusos sexuais nos últimos três anos, período em que mais de cinco mil processos deram entrada na PJ. Segundo o Ministério da Justiça, 822 pessoas foram condenadas, entre 2016 e 2018, por abuso sexual de menores, a maior parte dos quais (49%) a pena suspensa, tendo sido aplicada pena efetiva em 31% dos casos.

CISION

ID: 83550675

DIÁRIO as beiras

19-11-2019

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Regional

Pág: 24
Cores: Cor
Área: 4,32 x 33,19 cm²
Corte: 1 de 1

Crimes sexuais contra crianças na Internet aumentaram 40% este ano

●●● Os crimes de cariz sexual praticados na Internet contra as crianças aumentaram em Portugal cerca de 40%, entre janeiro e outubro deste ano, disse ontem à agência Lusa a inspetora-chefe da Polícia Judiciária (PJ) Carla Costa.

Falando a propósito do Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual que foi assinalado em Lisboa, a inspetora-chefe da Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológico (UNC3T) referiu que a investigação e a deteção dos agressores sexuais resulta não só da apresentação de denúncias mas de todo um trabalho de "prevenção e monitorização" no espaço da Internet.

Carla Costa admitiu que a investigação deste tipo de crimes é morosa e "por vezes complicada", porque implica a colaboração de outras entidades - servidores e operadores -, exigindo a intervenção de um juiz para autorizar certas diligências.

A inspetora-chefe realçou ainda a importância das parcerias com a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) e com a associação "Miúdos Seguros na NET", a qual tem desenvolvido ações de sensibilização nas escolas e divulgado conteúdos relacionados com a temática.

Perfis dos agressores

Carla Costa reconheceu que o facto de tais ilícitos praticados contra as crianças serem "crime público" facilita a abertura da investigação, porque esta deixou de estar dependente de queixa ou de participação às autoridades policiais e judiciárias.

A inspetora-chefe da PJ revelou que esta polícia de investigação criminal está a "fazer estudos sobre os perfis dos agressores sexuais online", adiantando que 97% destes são do sexo masculino. Quanto à faixa etária, esta tem-se mostrado "diversa" até ao momento.

Por outro lado alguns dos agressores têm já antecedentes criminais relacionados com este tipo de crimes, designadamente pornografia de menores.

CISION
Diário de Viseu
ID: 83550949
19-11-2019
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Regional
Pág: 10
Cores: Cor
Área: 17,89 x 19,87 cm²
Corte: 1 de 1

Mangualde vai falar do impacto da violência sobre a mulher nas crianças

Seminário Iniciativa inserida nas comemorações do Dia Internacional para a Eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres que se assinala dia 29

"Perspectivas e olhares sobre a Violência Doméstica – Intervenção, Acompanhamento e Impacto nas Crianças" é o tema que vai estar em debate no próximo dia 29, em Mangualde. Este seminário, inserido nas comemoração do Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres, vai ter lugar a partir das 14h00, na Biblioteca Municipal Dr. Alexandre Alves.

As inscrições são gratuitas, mas obrigatórias até 26 de Novembro através do número 232 619 880 ou margarida.chaves@cmmangualde.

A abertura do secretariado acontecerá pelas 14h00 e, pelas 14h30, terá início a sessão de abertura com Elísio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Mangualde, Maria José Coelho, vereadora, Márcia Martins, directora do Centro Distrital da Segurança Social de Viseu. A moderadora será Cristina Lopes, conselheira municipal para a Igualdade.

Pelas 15h00 falar-se-á sobre "Prevenção da Violência na Comunidade – Como trabalhar" com a intervenção de Ana Paixão, da Questão de Igualdade - Associação para a Inovação Social. Seguir-se-ão as temáticas "Violência Doméstica – Como Intervir", por Elisa Brites, da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; "A Violência Doméstica e o Impacto nas Crianças e seu Futuro", por Tatiana Louro, da Cinco Sentidos – Espaço de Reabilitação e Intervenção Psicoeducacional; e "Violência Sexual – Masculinidades e Prevenção", por Ângelo Fernandes, da Associação Quebrar o Silêncio.

Às 17h00 falar-se-á sobre "Intervenção e abordagem estatística", pelo Sargento-ajudante Cruz da Guarda Nacional Republicana, e pelas 17h30 decorrerá a Sessão de Encerramento com a intervenção de Elza Pais, deputada da Assembleia da República e investigadora.

DR

Seminário debate violência sobre as mulheres, mas também os impactos que esta tem sobre filhos

"Episódios de uma vida em exposição

Ainda no âmbito da comemoração do Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres, estará patente na Biblioteca Municipal Dr. Alexandre Alves, de 29 de Novembro a 6 de Dezembro, a exposição "Episódios de uma Vida".

Esta mostra resulta de um conjunto de conversas com a população sénior de Marvila, em Lisboa, dinamizadas pelas associações Questão de Igualdade e Quebrar o Silêncio, desenvolvidas no âmbito do projecto Academia Sénior de Marvila, financiado pelo Programa BIP/ZIP - Parcerias Locais 2018.

As conversas giraram em torno dos Direitos Humanos e foram abordados tópicos como o acesso à educação, ao trabalho, à partilha das responsabilidades familiares e as relações de intimidade, entre outros temas fundamentais para se perceber opinião dos mais velhos.

CISION

JORNAL sudoeste

ID: 83593251

15-11-2019

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Quinzenal
Âmbito: Regional

Pág: 5
Cores: Cor
Área: 25,90 x 31,11 cm²
Corte: 1 de 2

O número de casos sinalizados pela CPCJ de Odemira em 2019 está a aumentar face ao ano anterior, reconhece a sua presidente. Em entrevista ao "SW", Piedade Barradas avalia o trabalho feito pela CPCJ e revela as prioridades para o futuro.

PIEDADE BARRADAS

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ODEMIRA

"Violência doméstica lidera sinalizações em Odemira"

■ Sendo 2018 o último ano completo, quantos processos/ocorrências tratou a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Odemira em 2018?

Em 2018 a CPCJ de Odemira registou o menor volume processual dos últimos seis anos – 169 processos trabalhados –, o qual é, simultaneamente, o sexto maior volume processual registado desde a sua criação, em 2005. Destes 169 processos, 72 tinham transitado de 2017, 75 correspondem a novos processos, 20 referem-se a reaberturas e dois a transferências recebidas de outras CPCJ.

■ Qual o tipo de situação mais frequente?

A problemática mais sinalizada foi a violência doméstica, correspondente a 36% das sinalizações efectuadas.

■ Até ao momento, o número de sinalizações/ processos tem vindo a aumentar ou a diminuir em 2019?

2019 está a ser um ano mais complicado em termos de sinalizações. Neste momento, o volume processual corresponde a 189 [processos], ou seja, já ultrapassou o volume registado em 2018 e até mesmo em 2017 – que foi de 179 –, sendo possível que possa atingir, pelo menos, 200 processos trabalhados até ao final deste ano. A violência doméstica continua a liderar as sinalizações recebidas. É triste saber que as crianças passam por este sofrimento no seio familiar, onde deveriam estar mais protegidas…

■ Este aumento do número de processos/casos deve-se ao facto de haver mesmo mais ocorrências ou de existirem mais denúncias e um trabalho mais consolidado no terreno, o que permite a detecção dos mesmos?

Efectivamente, existem mais denúncias! No caso da violência doméstica as sinalizações chegam-nos remetidas pela GNR, mas já nos têm chegado através do NIAVE (Beja) e, mais raramente, de anónimos. Desde que a violência doméstica passou a ser crime público, as sinalizações aumentaram, mas existe, paralelamente, um trabalho de consciencialização da opinião pública do dever de sinalizar, sabendo que a sinalização até pode ser anónima, pois muitos temem eventuais represálias dos agressores. Há campanhas, nomeadamente televisivas, da APAV ou de responsabilidade governamental que têm causado grande impacto. A nível local, desde que existe um Gabinete de Apoio à Vítima (GAVA) da TAIPA e projectos no âmbito da igualdade de género, como foi o caso do "Igualando", promovido também pela TAIPA, as vítimas foram percebendo que existe apoio, que existem alternativas e que podem, elas próprias, pedir ajuda, apresentar queixa, denunciar.

■ Odemira é um concelho com muitos migrantes – há muitos casos/processos tratados pela CPCJ junto desta população?

A maioria dos processos acompanhados corresponde a crianças e jovens de nacionalidade portuguesa. A multiculturalidade trouxe novos desafios. Embora sejam uma minoria, desde cedo a CPCJ de Odemira se viu confrontada com sinalizações de alunos de outras nacionalidades, relacionadas essencialmente com o direito à Educação, nomeadamente absentismo escolar. Há muitas diferenças culturais e há culturas que dão muito menos valor do que nós à Educação, à escolarização. Em certos países ainda há trabalho infantil e como as nossas leis são restritivas nesse campo, há pais e jovens que não compreendem a necessidade de frequentarem a escola até aos 18 anos. Claro que a barreira linguística também é um grande constrangimento à adaptação/integração e à aprendizagem. Para dar resposta a estas situações é de louvar a iniciativa do Agrupamento de Escolas de São Teotónio, freguesia com maior concentração de migrantes, que, ao abrigo do Contrato de Autonomia, estabeleceu estratégias para integração escolar de crianças migrantes dando prioridade à aprendizagem da língua portuguesa. No entanto, Odemira constitui, algumas vezes, um "concelho de passagem" e a sazonalidade da oferta de trabalho leva a uma grande mobilidade, quer para outras zonas do nosso país, quer para outros países. Muitas vezes, os pais não regularizam a situação escolar dos seus filhos antes da deslocação, o que dá origem a sinalizações que poderiam ser evitáveis. Ainda há muito trabalho a fazer neste campo.

■ Qual a maior preocupação da CPCJ de Odemira?

A nossa maior preocupação é fazer face, de forma atempada e adequada, às situações que nos surgem. Temos uma área de intervenção vastíssima, 1.720 quilómetros quadrados e uma baixa densidade populacional, com um interior mais desertificado e envelhecido. Infelizmente, os nossos recursos humanos são limitados para as necessidades, os tempos de afectação não têm considerado a dimensão territorial e Odemira necessitava ter técnicos com mais tempo para trabalhar na CPCJ, o que é um grande constrangimento. Por isso, há que priorizar e, por muito que se faça, parece sempre pouco. Neste momento, o único elemento com afectação total à CPCJ é a representante da Educação, que, como actual presidente, tem funções muito específicas de coordenação, de representação da CPCJ, tem de estar disponível 24 sobre 24 horas para dar resposta às solicitações diárias das famílias intervencionadas e às diferentes entidades, assim como, simultaneamente, gerir processos e procurar acompanhar os cinco agrupamentos de escolas, mais duas escolas não agrupadas e três equipamentos de apoio à infância, dispersos por todo o território.

■ Quais as prioridades definidas para 2020?

Evidentemente que o Plano de Acção para 2020 terá sempre de priorizar a prevenção de situações de risco e de perigo, privilegiando as problemáticas com maior incidência nos últimos anos, tais como violência doméstica, absentismo/abandono escolar, e a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança. A CPCJ está a corresponder ao desafio da Comissão Nacional e aderiu ao "Projecto Adélia", para promoção da parentalidade positiva, a fim de elaborar o seu novo Plano Local de Promoção e Protecção das Crianças e Jovens. 2020 será o ano de elaboração com a comunidade, envolvendo todos os parceiros, com a participação das crianças e dos jovens, e apresentação do nosso novo Plano Local, um documento orientador da nossa estratégia e dos planos de acção para os próximos anos.

CISION

Top!

ID: 83684334

28-11-2019

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: TV e Jogos

Pág: 30
Cores: Cor
Área: 15,22 x 20,50 cm²
Corte: 1 de 2

Caso Mathias Schmelz relança a

Crimes sexuais aumentam na Internet

Segundo os dados da Polícia Judiciária, 97% dos agressores sexuais que atuam através da Internet, são do sexo masculino.

Fotos: **Shutterstock e DR**

Depois de estalar o verniz no caso do empresário Mathias Schmelz, o Dia Europeu para a Proteção de Crianças contra a Exploração Sexual e Abuso Sexual, assinalado este mês, não poderia surgir numa altura mais significativa. A PJ não deixou passar a data em branco e revelou os dados que tem em sua posse relativamente aos crimes sexuais praticados no ciberespaço. Segundo Carla Costa, inspetora-chefe da Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica (UNC3T), os crimes sexuais praticados via Internet contra crianças aumentaram em 40%, entre os meses de janeiro e outubro.

CRIME PÚBLICO

Os crimes sexuais contra crianças constituem um crime público, pelo que podem ser denunciados por qualquer pessoa. É apenas necessário que o Ministério Público tome conhecimento da denúncia. O processo-crime é iniciado, mesmo nos casos em que essa não é a vontade da vítima. Não são necessárias provas, basta uma suspeita que deverá, depois, fazer-se acompanhar do maior número de informação possível sobre o caso em questão. O facto deste tipo de crime ter o estatuto de crime público, facilita, aos olhos da PJ, todo o processo.

PERFIL CRIMINOSO

A Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica tem-se debruçado sobre os perfis dos indíviduos que cometem este tipo de crimes. A investigação, que ainda está em curso, revela que 97% dos criminosos são homens. Para além disso, segundo Carla Costa, alguns

CISION

Top!

ID: 83684334

28-11-2019

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: TV e Jogos

Pág: 31
Cores: Cor
Área: 15,37 x 20,50 cm²
Corte: 2 de 2

destes indíviduos revelam antecedentes criminais, tais como pornografia de menores, entre outros.

PAIS MAIS ATENTOS

Apesar da Internet ser algo que nos habituámos a utilizar e que, no dia a dia, até nos pode ajudar bastante, ela pode representar um perigo iminente para os nossos filhos. Com os crimes sexuais contra crianças a aumentarem (os dados divulgados pela PJ apontam para mais de 2750 crianças vítimas de abuso sexual nos últimos três anos), os pais devem estar mais atentos do que nunca. Instalar antivírus ou firewalls nos computadores aos quais as crianças têm acesso é o primeiro passo essencial. A maior parte destes softwares permite escolher as páginas de Internet que pretende bloquear. Também é possível, no que concerne à televisão, bloquear programas específicos, basta procurar informações sobre o assunto junto do seu operador.

PREVENIR

Para Carla Costa, a importância da prevenção deste tipo de crimes é absolutamente essencial. As crianças e jovens, devido à sua ingenuidade e inexperiência tornam-se vítimas apetecíveis para este tipo de predadores, o que faz com que as ações e campanhas de sensibilização sejam cruciais no combate a este tipo de crimes. Para além disso, a inspetora-chefe reafirma a relevância de parcerias com a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) e com a associação Miúdos Seguros na Net.

MOVIMENTO METOO

Tarana Burke, ativista e defensora dos direitos humanos, terá sido a primeira a usar a expressão. Em 2017, Alyssa Milano, uma conhecida atriz norte-americana utilizava a hashtag #meToo num tweet, encorajando as mulheres que foram vítimas de assédio sexual a denunciarem os casos. Harvey Weinstein estava no centro da polémica. Os abusos praticados pelo produtor de Hollywood eram, assim, desmascarados.

CISION
ID: 83704554
VISÃO
28-11-2019
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral
Pág: 68
Cores: Cor
Área: 18,00 x 25,74 cm²
Corte: 1 de 2

Na era da pós-verdade
Como distinguir se os vídeos são verdadeiros ou falsos

"Deepfake", a nova arma digital

Criar e fazer circular vídeos com imagem e voz manipuladas para divertir ou difamar é o novo normal, sobretudo contra as mulheres famosas ou em cargos públicos. Mas ninguém está a salvo

CLARA SOARES

"Vejam só isto!" Humilhar publicamente alguém por divertimento, vingança ou para silenciar uma voz incómoda está ao alcance de todos. Basta usar uma arma que dispensa licença de porte e que dá pelo nome de *deepfake* – combinação de *deep learning* (aprendizagem aprofundada) dos programas de Inteligência Artificial (IA) e de *fake* (falso). Vídeos gerados por computador a partir de fotos extraídas da internet e manipuladas através de aplicações gratuitas e tutoriais para criar conteúdos fictícios (como FakeApp, DeepFaceLab, DeepVoice, DeepNude). Assim se colocam palavras na boca de quem nunca as pronunciou ou ações no corpo de quem nunca as desempenhou.

> NADA NOS GARANTE QUE O QUE VEMOS E OUVIMOS ONLINE É REAL NEM TEMOS UM "TESTE DO ALGODÃO" PARA TIRAR A LIMPO SE É, OU NÃO, UM EMBUSTE

Os alvos mais apetecíveis dos criadores anónimos de *deepfakes* são as celebridades femininas, cujos rostos são inseridos em vídeos pornográficos visualizados por milhões de pessoas. Plataformas como Twitter, Reddit e Pornhub têm vindo a banir alguns destes conteúdos não autorizados e difamatórios, embora estejam longe de impedir que se expandam como um vírus. É o fim do mito "ver para crer", de pouca valia a São Tomé se vivesse na era da pós-verdade.

CISION
ID: 83704554
VISÃO
28-11-2019
Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Interesse Geral
Pág: 69
Cores: Cor
Área: 18,00 x 23,73 cm²
Corte: 2 de 2

Segundo um relatório da empresa de cibersegurança holandesa Deeptrace, divulgado em setembro, os vídeos *deepfake* são na sua maioria (96%) de teor pornográfico e dirigidos quase em exclusivo contra mulheres, na maior parte do mundo do entretenimento e da sétima arte.

GÉNERO, MENTIRAS E VÍDEO

Despojar e difamar com calúnias forjadas e sexo à mistura é o novo normal. O problema está a resvalar para a arena política e a fazer as primeiras vítimas. Um relatório de investigadores de Oxford encontrou campanhas de desinformação bem organizadas em 70 países (em 2017, eram 28). No masculino, ficaram famosos os vídeos manipulados do CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, e do ex-Presidente norte-americano Barack Obama a dizerem atrocidades; mas no feminino, a tentação de menorizar pela via do *strip* público parece ser a fórmula mágica.

Não escaparam a ela figuras como a chanceler alemã, Angela Merkel, ou a duquesa de Sussex, Meghan Markle. Há dois anos, foi a vez da jornalista finlandesa Jessikka Aro. Após ter denunciado *trolls* (agentes que publicam conteúdos ofensivos e calúnias para gerar respostas de fúria) pró-Kremlin, viu a sua morada e os seus dados de saúde expostos na internet e o *deepfake* que a apresentava como prostituta à caça de homens da CIA e da NATO. Resultado: após o choque e a humilhação, vieram as ameaças de violação e morte por parte de finlandeses indignados que caíram no embuste. Nos Estados Unidos da América, a presidente da Câmara dos Representantes, Nancy Pelosi, apareceu a discursar como se estivesse bêbada num vídeo que se tornou viral no Twitter, no YouTube e no Facebook. O segredo estava, afinal, na manipulação da velocidade do discurso (a 75% da original), mantendo o tom de voz.

Como se chega a tanta "desinformação sexualizada" – a expressão foi usada pelo *The Economist* – e que implicações vai ter esta arma de propaganda computacional pronta a destruir reputações como se se tratasse de um jogo de crianças?

Isabel Ventura, socióloga e investigadora na Universidade Aberta, em Lisboa, fala da dupla moral sexual (o estereótipo feminino de beleza prevalecer sobre o mérito) que faz com que, por exemplo, "Manuela Ferreira Leite fosse alvo de insultos altamente *genderizados* quando era ministra da Educação, como se ser bonita fosse uma obrigação". Até quando se ataca alguém do sexo masculino se faz pelo feminino, "filho da...". "Num mundo desigual, a inovação tecnológica reproduz o padrão de violência existente, por quem cria, partilha e vê."

ESTAMOS MESMO PRONTOS PARA ISTO?

Alguns dados do relatório da empresa de cibersegurança holandesa Deeptrace, divulgado em setembro

14 678
vídeos *deepfake* online
(no ano passado eram 7 694)

96%
dos vídeos são de conteúdos pornográficos

100%
das vítimas nos sites de *deepfake* porno são mulheres

134,4 MILHÕES
o total de visualizações, em ano e meio, nos quatro principais sites dedicados a pornografia *deepfake*

JOGOS PERIGOSOS

"Quem cria estes vídeos falsos procura dar forma a fantasias, sem escrúpulos em violar a privacidade e a dignidade dos famosos", afirma Henry Ajder, líder de comunicação e pesquisa da Deeptrace. A febre da aplicação Zao, na China, ilustra como essa proeza se alcança em segundos: "Fazem *upload* da imagem que querem na biblioteca de filmes, escolhem o vídeo (cena favorita) e geram o *deepfake*." Tudo pelo prazer de passar por estrela ao lado dos ídolos de filmes e videojogos. No relatório não há referências a celebridades portuguesas, mas "não estão mais imunes por isso". De resto, ninguém está a salvo: "Basta um namorado ciumento aceder a fotos e áudios de uma mulher nas redes sociais e ela fica vulnerável a ataques."

Ao Centro Internet Segura, a funcionar desde janeiro, "não chegou nenhuma denúncia de *deepfakes*", nota Ricardo Estrela, porta-voz da Associação de Apoio à Vítima (APAV), que gere a linha telefónica, onde receberam 20 queixas de "sextortion" (coagir alguém a fazer favores sexuais sob pena de ver divulgado material íntimo). Um estudo realizado por duas universidades do Reino Unido e coordenado pelo psicólogo Nelli Ferenczi demonstrou que o estereótipo de género persiste online, com os homens a afirmarem sentir-se superiores ao terem condutas ofensivas online, como o *trolling*, exercendo a sua faceta narcisista.

Quando a atriz Fernanda Serrano foi vítima da ação promocional de um filme de *hardcore* com uma protagonista húngara muito parecida com ela, em 2003, os 17 segundos de sexo com o título "O famoso filme de Fernanda Serrano" geraram consternação e um intenso debate público. Davam-se, então, os primeiros passos no fabrico de personagens virtuais em videojogos e filmes, como as de *Avatar*. "Criavam-se imagens digitais em cima dos movimentos e expressões dos atores, hoje isso faz-se de forma simplificada", conta Miguel Crespo, investigador e docente em Ciências da Comunicação do ISCTE. E prossegue: "Coloca-se uma máscara sobre a zona do nariz, grava-se na mesma posição o que se pretende e substitui-se essa parte da face sobre a original."

Por mais que se tenha a ideia de que é fácil destrinçar o que é, ou não, inócuo, uma coisa é certa: "As evidências visuais convincentes que comprometem a imagem acabam com o último reduto de veracidade." O docente admite a possibilidade de, num futuro próximo, existirem "polícias de verificação de factos para vídeo".

Manuel Lopes Rocha, advogado responsável da área de Propriedade Intelectual, Marcas e Patentes na Sociedade PLMJ, considera que "o problema não é de lei, que já existe para o porno de vingança e é aplicável aos *deepfakes*". A morosidade da Justiça preocupa mais o jurista, que equaciona como será erradicar tanto material manipulado gerado por computador. Também há boas notícias: "Portugal é o País no mundo que mais depressa retira conteúdos impróprios online." Contudo, não há como ignorar o seguinte: "Por cada minuto em que os *deepfakes* circulam no espaço virtual, mais a pessoa é lesada na sua imagem e personalidade."

Vítor Palmela Fidalgo, docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sintetiza o que está realmente em jogo nos próximos anos: "Não se pode ter um nível superior de tecnologia, que é neutra, com um nível inferior de ética."

visao@visao.pt

Expresso

APAV apoiou mais de 43.000 vítimas de violência doméstica em cinco anos

25.11.2019 às 8h08

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima registou em cinco anos mais de 100.000 crimes em contexto de violência doméstica. Com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos (cerca de 42%), as vítimas de violência doméstica eram sobretudo mulheres casadas

LUSA

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou em cinco anos mais de 100.000 crimes em contexto de violência doméstica e apoiou mais de 43.000 pessoas, a maioria (86%) mulheres.

Num conjunto de estatísticas que abrangem o período 2013-2018 divulgadas esta segunda-feira, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, a APAV lembra que

registou um total de 43.456 processos de apoio a pessoas vítimas de violência doméstica, o que se traduz num total de 104.729 crimes.

Com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos (cerca de 42%), as vítimas de violência doméstica eram sobretudo mulheres casadas (33,7%) e pertenciam a um tipo de família nuclear com filhos/as (41,2%).

Tendo em conta o tipo de problemáticas existentes, prevalece o tipo de vitimação continuada em cerca de 80% das situações, com uma duração média entre os dois e os seis anos (16,9%). Os dados da APAV indicam que a residência foi o local mais escolhido para a "ocorrência dos crimes" em cerca de 64% das situações.

Já as queixas/denúncias registadas ficam-se nos 41,2% face ao total de autores/as de crime assinalados.

As vítimas continuam a ser maioritariamente do sexo feminino - cerca de 86 % - a mesma percentagem de autores do crime/agressores do sexo masculino.

"O fenómeno da violência doméstica contra as mulheres abrange vítimas de todas as condições e estratos sociais e económicos. A violência - física, psicológica, sexual, financeira - não pode ser tolerada", sublinha a APAV.

No âmbito do Dia pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, a APAV refere que se associa à campanha #Ditados Impopulares, promovida pela República Portuguesa e pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), e promove exposições, sessões e ações de sensibilização por todo o país, através dos seus gabinetes de apoio à vítima.

Os dados divulgados na passada sexta-feira pelo Governo indicam que 33 pessoas foram mortas este ano em contexto de violência doméstica, entre 25 mulheres adultas, uma criança e sete homens.

Segundo revelou a ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, entre janeiro e setembro deste ano, comparando com o

período homólogo do ano passado, houve "um aumento de mais de 10% das ocorrências participadas à PSP e à GNR", além de um "aumento da capacidade de resposta da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, que tem hoje uma subida nos atendimentos na ordem dos 23%".

No mesmo dia, a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), num balanço dos últimos 15 anos, indicou que foram assassinadas neste período mais de 500 mulheres em contexto de relações de intimidade e que, só este ano, morreram 28, algumas baleadas, outras estranguladas ou espancadas.

Os dados do Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA), da UMAR constam do relatório preliminar apresentado em Lisboa e que mostra a realidade das mulheres assassinadas em Portugal desde 1 de janeiro até ao dia 12 de novembro.

Nesse período, e tendo como fonte as notícias publicadas na imprensa nacional, o OMA contou 28 mulheres assassinadas em contexto de relações de intimidade ou familiares, além de outras duas mortas em diferentes contextos, e 27 tentativas de homicídio.

Contas feitas, significa que, em média, houve três mulheres assassinadas todos os meses e uma média de cinco mulheres vítimas de formas de violência extrema.

Numa mensagem por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, que hoje se assinala, o primeiro-ministro defendeu hoje que todos os cidadãos devem "meter a colher" para eliminar a violência contra as mulheres.

"Todos nós em sociedade, cada um de nós, tem a responsabilidade de na sua família, nos seus vizinhos, nos seus colegas, entre os seus amigos não tolerar, não pactuar, não silenciar e de meter mesmo a colher para eliminarmos a violência sobre as mulheres", afirmou António Costa.

"Cada um de nós tem o dever de agir. O provérbio tradicional que entre marido e mulher não se mete a colher não é aceitável. Aquilo que é dever de cada um de nós é metermos mesmo a colher. É um dever de cada um", sublinhou.

+Algarve
O ALGARVE NUM CLIQUE

Atividades e Estatísticas APAV: Vítimas de Violência Doméstica 2013-2018

25 NOVEMBRO 2019

NACIONAIS

PREVIOUS ARTICLE
Prémio de 10 mil euros distingue Investigação sobre Insuficiência Renal Crónica

NEXT ARTICLE
Escuteiros do Algarve Mobilizados para Mega-Operação de Limpeza de Lixo Marinho

TOOLS
IMPRIMIR
TYPOGRAPHY
MEDIUM
DEFAULT
READING MODE
SHARE THIS

Assinalando o dia 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresenta as Estatísticas APAV: Vítimas de Violência Doméstica 2013-2018.

Neste período, a APAV registou um total de 43.456 processos de apoio a pessoas vítimas de violência doméstica. Estes valores traduziram-se num total de 104.729 factos criminosos.

A residência comum continua a ser o local de maior ocorrência dos crimes (em cerca de 64 % das situações). As queixas/denúncias registadas ficam nos 41,2 % face ao total de autores/as de crime assinalados/as.

As vítimas continuam a ser maioritariamente do sexo feminino - cerca de 86 %. Esta é a mesma percentagem de autores do crime/agressores do sexo masculino. As vítimas são sobretudo mulheres casadas (33,7 %) e pertencem a um tipo de família nuclear com filhos/as (41,2%).

O fenómeno da violência doméstica contra as mulheres abrange vítimas de todas as condições e estratos sociais e económicos. A violência - física, psicológica, sexual, financeira – não pode ser tolerada.

No âmbito do Dia pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, a APAV associa-se à campanha #Ditados Impopulares, promovida pela República Portuguesa e pela CIG, e promove exposições, sessões e ações de sensibilização por todo o país, através dos seus Gabinetes de Apoio à Vítima.

A APAV destaca o debate "O papel da saúde na eliminação da violência contra as mulheres", às 15.00, no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa. O debate conta com a participação do Presidente da APAV, João Lázaro, e contará com a abertura do Secretário de Estado da Saúde, António Lacerda Sales.

A APAV dá ainda destaque às parcerias estabelecidas com diversas entidades no âmbito do dia 25 de novembro e à assinatura de um protocolo com o El Corte Inglés - que, até 2021, apoiará a APAV em campanhas e ações de sensibilização, formação, fundraising e apoio à reinserção no mercado de trabalho.

Até ao final do dia de hoje, por cada bolo vendido nas cafetarias do El Corte Inglés será doado 1,50 € à APAV (fatia de tarte de maçã em Lisboa e de bolo de maçã com chá verde em Gaia).

Se é vítima de violência, contacte a nossa Linha de Apoio à Vítima - 116 006 (chamada gratuita, dias úteis, 9h-21h). Estamos disponíveis para apoiar através do Messenger (facebook.com/APAV.Portugal), do Instagram e por videochamada (Skype: apav_lav).

Consulte todas as atividades promovidas pela APAV no âmbito do dia 25 de novembro em apav.pt.

ALGARVE PRIMEIRO

Município de Albufeira e APAV de "mãos dadas" no Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra Mulheres

Gosto 6 Partilhar Tweet

22-11-2019 - 12:04

Em comunicado, a autarquia de Albufeira evidencia que, a 25 de novembro se assinala o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres e que se associou à APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, através da realização de uma exposição destinada a sensibilizar a população do concelho acerca da temática.

A mostra, constituída por 15 cartazes, vai estar patente no rés do chão do edifício dos Paços do Concelho, na secção de Atendimento, de 25 a 29 de novembro, durante o horário de expediente.

As questões da violência doméstica e de género, bem como o apoio a vítimas de crimes de vária natureza têm sido "uma preocupação constante do Município" que, desde 2010, "mantém um protocolo com a APAV, que inclui a cedência de instalações na Urbanização Habijovem para o atendimento às vítimas".

Em 2019, a Autarquia passou a integrar a Rede de Municípios Solidários com as Vítimas de Violência Doméstica, através do protocolo celebrado entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o qual tem por objetivo promover a cooperação institucional no âmbito dos processos de autonomização das vítimas de violência doméstica, sinalizadas pelas respostas de emergência e casas de abrigo, integradas na rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica.

Ana Pífaro, vice-presidente da Câmara Municipal de Albufeira, responsável pelo pelouro da Família e Saúde, sublinha que se trata de «uma medida fundamental, uma vez que permite encontrar soluções que têm por objetivo dar resposta às necessidades da vítima, mais concretamente de uma habitação condigna, num momento difícel em que se encontra a fazer o processo de transição, que consiste na saída das unidades de acolhimento de emergência e das casas de abrigo para a vida em comunidade».

Também este ano, o Município assinou o protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, que visa promover a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, a eliminação de estereótipos e o combate à discriminação. Trata-se de uma perspetiva mais abrangente que tem por objetivo garantir uma cobertura nacional equilibrada e qualificada da rede nacional, a articulação e o trabalho em rede dos serviços e das respostas disponíveis, de forma a melhorar a eficácia e a eficiência no apoio às vítimas.

O protocolo, que foi assinado entre a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, vários municípios do Algarve, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, AMAL, Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Forças de Segurança, entre outras entidades a nível regional, faz parte dos objetivos da Estratégia Nacional para a Igualdade e não Discriminação 2018 – 2020 "Portugal + Igual".

De acordo com um estudo elaborado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, o número de participações registadas pelas forças de segurança (PSP e GNR) em 2017 foi de 26 713, sendo que do total 79% são mulheres e 21% homens.

Relativamente à Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica importa referir que a nível nacional existem 133 estruturas de atendimento, com equipas multidisciplinares que prestam, presencial e telefonicamente, informação jurídica, apoio psicológico e social de forma gratuita. Há 39 casas de Abrigo, destinadas a acolhimento de vítimas, até 6 meses, acompanhadas ou não de filhos e 26 acolhimentos de emergência, unidades residenciais para acolhimento urgente de vítimas, acompanhadas ou não de filhos.

No Algarve existem 3 casas de abrigo e 2 unidades de acolhimento de emergência.

Para contactar o Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica ligue: 800 202 148. A APAV, disponibiliza, também, uma linha gratuita de Apoio à Vítima: 116 006 (dias úteis das 9h00 às 21h00).

OCS n.º 125604 ERC
diariOnline®
Região Sul

Olhão assinala Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra Mulheres

EP - diariOnline 19 Nov 2019 16:47 Sociedade

O Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que se assinala a 25 de novembro, será alvo de várias iniciativas promovidas pelo município de Olhão.

Dar a conhecer o polo local de atendimento da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que funciona há cerca de um mês na Junta de Freguesia de Olhão, é um dos objetivos da autarquia neste dia.

Alertar e dar a conhecer a problemática da violência contra as mulheres e da violência doméstica fará parte do dia 25 de novembro, que começa com a distribuição de folhetos alusivos à temática nos Mercados Municipais de Olhão, entre as 10:00 e as 11:00 horas.

Serão também afixados cartazes e distribuídos folhetos nos espaços de atendimento ao público do Município, assim como nas juntas de freguesia do concelho e as iniciativas divulgadas nos vários meios de comunicação municipal.

Estas iniciativas surgem no âmbito do Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, celebrado entre o Município de Olhão e a APAV.

O documento tem como objetivo a implementação, manutenção e melhoria da resposta de proteção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica.

O polo de atendimento da APAV, em Olhão, funciona na Junta de Freguesia de Olhão, situada na Rua General Humberto Delgado, n.º 28-B, às terças feiras, entre as 13:00 e as 16:30. O atendimento é feito por técnicos da APAV de forma gratuita e confidencial.

O Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, celebrado entre a APAV e 39 outras entidades, nomeadamente a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade de Género e quase todos os municípios do Algarve, entre eles Olhão, permite a estes concelhos algarvios o apoio móvel às vítimas.

Neste contexto, cabe à APAV assegurar de forma eficiente o apoio e atendimento a vítimas de crime, através da criação deste serviço de apoio regular nos municípios, bem como contribuir para uma resposta territorial de emergência em articulação conjunta com as restantes entidades signatárias do protocolo e também promover ações e cursos de formação e informação.

Semanário Regional do Algarve
barlavento

Albufeira | Algarve | Lagos | Olhão | Portimão

Algarve assinala Dia Internacional pela Eliminação da Violência Doméstica

Por barlavento - 22 de novembro de 2019 - 15:45

Gosto 64 Facebook Twitter

Dia assinala-se a 25 de novembro, segunda-feira, e vários municípios algarvios lembram a data com atividades diversas.

O município de Albufeira decidiu associar-se à data em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), através da realização de uma exposição destinada a sensibilizar a população do concelho.

A mostra, constituída por 15 cartazes, vai estar patente no rés do chão do edifício dos Paços do Concelho, na secção de Atendimento, de 25 a 29 de novembro, durante o horário de expediente.

As questões da violência doméstica e de género, bem como o apoio a vítimas de crimes de vária natureza «têm sido uma preocupação constante do município que, desde 2010, mantém um protocolo com a APAV, que inclui a cedência de instalações na Urbanização Habijovem para o atendimento às vítimas».

Em 2019, a autarquia passou a integrar a Rede de Municípios Solidários com as Vítimas de Violência Doméstica, através do protocolo celebrado entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que tem por objetivo promover a cooperação institucional no âmbito dos processos de autonomização das vítimas de violência doméstica, sinalizadas pelas respostas de emergência e casas de abrigo, integradas na rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica.

Ana Pífaro, vice-presidente da Câmara Municipal de Albufeira, responsável pelo pelouro da Família e Saúde, sublinha que se trata de «uma medida fundamental, uma vez que permite encontrar soluções que têm por objetivo dar resposta às necessidades da vítima, mais concretamente de uma habitação condigna, num momento difícil em que se encontra a fazer o processo de transição, que consiste na saída das unidades de acolhimento de emergência e das casas de abrigo para a vida em comunidade».

Em Lagos, a data conta com um espetáculo teatral promovido pelo Gabinete de Apoio à Vítima de Lagos (GAVA) e pela Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado (TAIPA Odemira), pela mão do Grupo de Teatro Cabanita.

O momento consiste na apresentação do tema da Violência Doméstica através de um percurso por seis salas de cenário em que o espetador irá interagir com os atores e com as suas histórias. A iniciativa terá lugar amanhã, sábado, dia 23 de novembro, às 21h00, no Centro Cultural de Lagos (Sala de Animação 1).

Para uma sensibilização do tema da violência doméstica e igualdade de género, o «Click-Teatro Interativo» surge da intenção de causar estranheza no público para que reflita e não se envolva psicologicamente com a personagem, aprendendo a pensar sobre a ação.

O espetador torna-se assim parte ativa do espetáculo e da experiência, tomando consciência do impacto da problemática na nossa sociedade.

Levado a cena pelo Grupo de Teatro Cabanita, e com a duração de cerca de 5 minutos, cada espectador assiste de forma individualizada à peça, «percorrendo seis salas com diferentes cenários em torno de um amor que veste Vermelho: Vermelho Sangue, Vermelho Mãe, Vermelho Violência e Vermelho Vida, todos em prol de um Vermelho de Amor».

A participação é gratuita, mas carece de inscrição através do telefone 282 770 450 ou presencialmente, na receção do Centro Cultural de Lagos.

No município de Olhão, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres será alvo de várias iniciativas. Dar a conhecer o pólo local de atendimento da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), que funciona há cerca de um mês na Junta de Freguesia de Olhão, é um dos objetivos da autarquia neste dia.

O dia 25 de novembro arranca com a distribuição de folhetos alusivos à temática nos Mercados Municipais de Olhão, entre as 10h00 e as 11h00.

Serão também afixados cartazes e distribuídos folhetos nos espaços de atendimento ao público do município, assim como nas juntas de freguesia do concelho e nas iniciativas divulgadas nos vários meios de comunicação municipal.

O pólo de atendimento da APAV, em Olhão, funciona na Junta de Freguesia de Olhão, situada na Rua General Humberto Delgado, nº 28-B, às terças feiras, entre as 13h00 e as 16h30. O atendimento é feito por técnicos da APAV de forma gratuita e confidencial.

Em Portimão, a efeméride é marcada com algumas iniciativas que visam alertar a sociedade para os casos de abuso ou assédio sexual, maus tratos físicos e psicológicos.

A partir das 15h00, o Centro Comunitário da Cruz da Parteira recebe a atividade conjunta «Curtas e Debates», na qual participarão utentes dos centros comunitários e centros de convívio sénior do concelho, para falar sobre a temática, com a visualização de curtas-metragens da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima , a que se seguirá troca de ideias e experiências sobre este problema social.

Com o objetivo «de criar soluções e ponderar sobre comportamentos negativos», no final do dia será gerado um documento que espelhará as ideias, ações, atividades e soluções sugeridas pelos participantes, no sentido de se criarem iniciativas tendentes a colmatar a violência contra as mulheres.

Realiza-se também nos dias 25 e 26 novembro uma formação sobre violência doméstica dirigida a técnicos da autarquia portimonense e parceiros que lidam direta ou indiretamente com vítimas desta problemática.

A ação, que terá lugar na Casa Manuel Teixeira Gomes, será dinamizada por um formador da APAV e incidirá sobre os mitos e o impacto da violência doméstica, orientações para a intervenção psicossocial e enquadramento legal.

O gabinete da Associação, em Portimão, está situado na Esquadra da PSP, localizada na Avenida Miguel Bombarda, sendo igualmente acessível por telefone (282 484 407) ou e-mail.

Em média, segundo dados da APAV, uma em cada três mulheres é vítima de violência doméstica em Portugal, abarcando todas as condições e estratos sociais e económicos.

A entidade possui uma linha direta, podendo ser contactada gratuitamente pelo número 116 006, entre as 9h00 e as 21h00 dos dias úteis.

O Dia Internacional pela Eliminação da Violência Doméstica assina-se desde 1999, por designação oficial das Nações Unidas, estando a data (25 de novembro) relacionada com a homenagem às irmãs Patria, María Teresa e Minerva Maribal, presas, torturadas e assassinadas em 1960, a mando do ditador Rafael Trujillo, da República Dominicana, e que se tornaram símbolo mundial desta luta.

O Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, celebrado entre a APAV e 39 outras entidades, nomeadamente a Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade de Género e quase todos os municípios do Algarve, permite a estes concelhos o apoio móvel às vítimas.

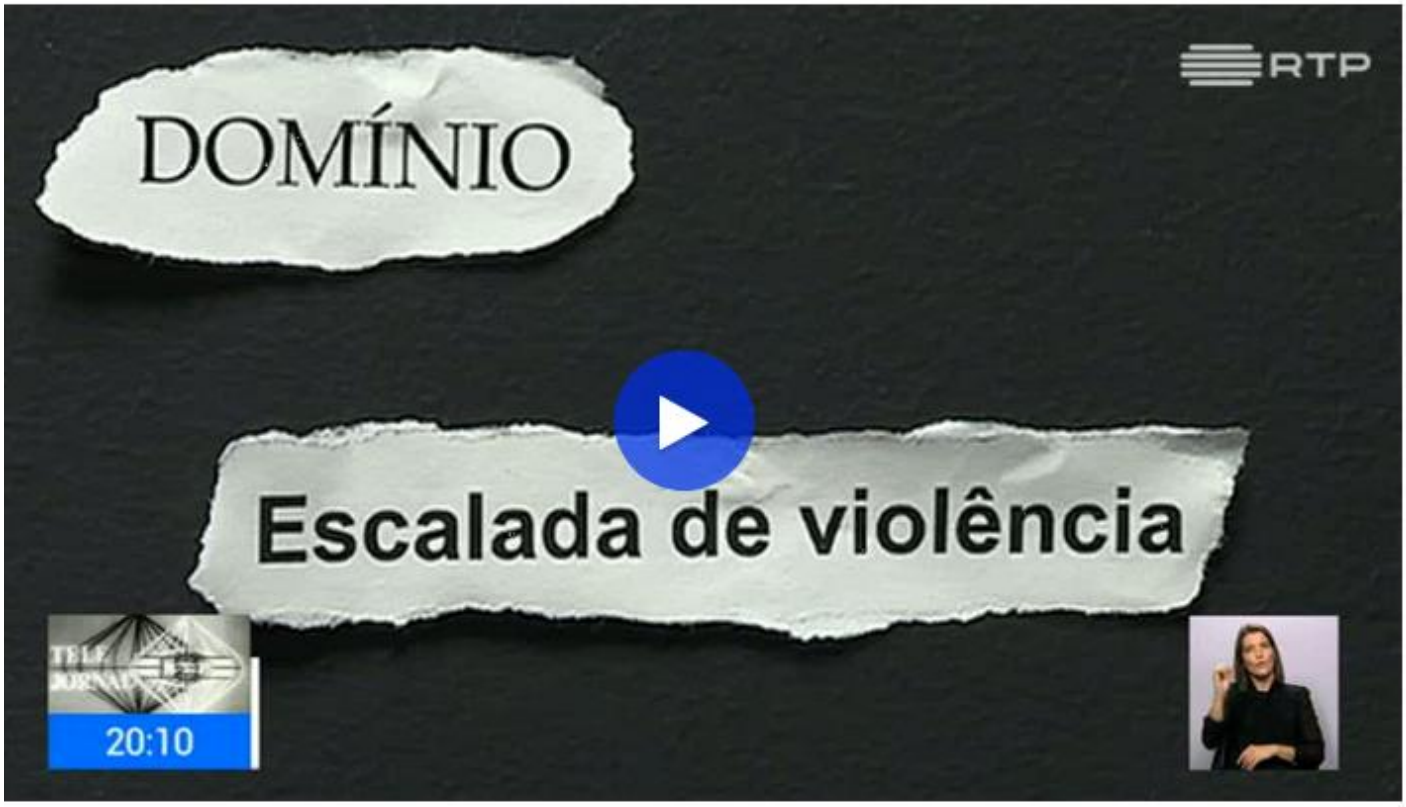
RTP NOTÍCIAS

PAÍS

25 Novembro 2019, 20:23

Violência doméstica. APAV recebeu 43.456 queixas em cinco anos

por RTP



Mais de 80 por cento das queixas por violência doméstica são apresentadas pelas próprias vítimas, e por vezes tarde demais.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vitima recebeu mais de 43 mil queixas em cinco anos. Desse número, 37 mil eram mulheres.

Estraca associa-se à APAV para o lançamento de "Bela Adormecida"

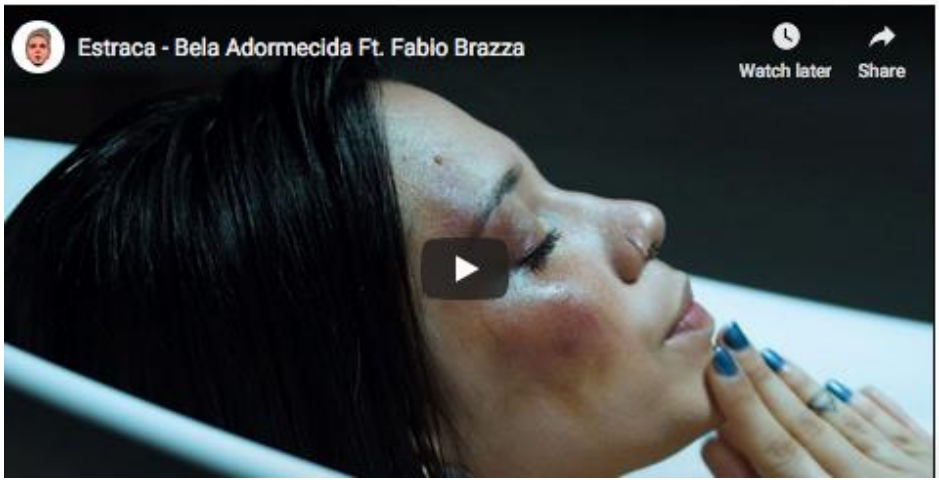
ReB Team | Novembro 25, 2019 | Curtas |

FOTO] Direitos Reservados

Hoje assinala-se o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres e Estraca quis deixar a sua contribuição para a causa: "Bela Adormecida" é o novo *single* e aborda "esse verdadeiro flagelo que assola ainda a vida de muitas mulheres pelo mundo".

No videoclipe realizado por CLOUT, Luana Noví, a actriz de serviço, dá a cara enquanto o rapper português e o brasileiro Fabio Brazza trocam versos em cima de um *beat* de DefStarz. Este lançamento é feito em associação com a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima).

"Makweru", com Selma Uamusse, "Não Quebro", com Murta, "Profano" e o mais recente tema fazem parte de *Dar Vida*, o novo álbum de Estraca que está previsto para sair em Fevereiro de 2020.



CORREIO DO RIBATEJO

APAV promove a VI edição das Jornadas contra Violência em Santarém

DESTAQUE 07/11/2019

A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove, no dia 28 de Novembro, as VI Jornadas de Santarém contra a Violência, evento que se realiza no Teatro Sá da Bandeira, em Santarém.

A cidade de Santarém acolhe uma vez mais um dia dedicado à discussão e reflexão no âmbito do apoio a vítimas de crime e da prevenção da vitimação e da violência. Esta é uma reflexão que vai ser partilhada com os vários parceiros locais, contribuindo para a consolidação da presença da APAV na Lezíria do Tejo.

Os diversos especialistas reunidos no evento irão abordar três áreas principais: a violência em contexto de relações de intimidade; propostas de prevenção no combate ao cibercrime; a violência contra as vítimas especialmente vulneráveis.

A sessão de abertura das Jornadas irá contar com a presença de João Lázaro (Presidente da APAV), Ricardo Gonçalves (Presidente da Câmara Municipal de Santarém) e Pedro Ribeiro (Presidente da CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo).

O evento é de carácter gratuito mas carece de inscrição obrigatória. Para saber mais sobre inscrições, programa e informações: aceda através do link **apav.pt/jornadas** .

Quase três mil crianças vítimas de abuso sexual nos últimos três anos

Em média, uma em cada cinco crianças na Europa são vítimas de alguma forma de violência ou exploração sexual. Em 54% dos casos acompanhados pela APAV os abusos sexuais ocorreram dentro do seio familiar.

Lusa · 16 de Novembro de 2019, 10:27

RUI GAUDENCIO

Mais de 2700 crianças foram vítimas de abusos sexuais nos últimos três anos e já em 2019 dezenas de crianças e jovens pediram ajuda por causa de um crime que acontece sobretudo na família e deixa marcas irreversíveis.

A 18 de Novembro assinala-se o Dia Europeu para a Protecção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual, uma data criada pelo Conselho da Europa para lembrar que, em média, uma em cada cinco crianças na Europa são vítimas de alguma forma de violência ou exploração sexual.

Os dados estatísticos do Ministério da Justiça mostram que nos últimos três anos, entre 2016 e 2018, foram registados 2752 crimes de abuso sexual de menores pelas autoridades policiais portuguesas, tendo havido mais de cinco mil processos que deram entrada na Polícia Judiciária.

Já durante este ano várias dezenas de crianças e jovens precisaram do apoio da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e do Instituto de Apoio à Criança por causa deste tipo de crime.

A APAV tem desde 2016 em funcionamento o projecto CARE, uma rede de apoio co-financiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, que apoia crianças e jovens vítimas de abuso sexual de forma gratuita, referenciados pela Polícia Judiciária, aos quais dão ajuda psicológica, jurídica ou até para lidar com as diligencias processuais.

Em declarações à agência Lusa, a responsável pela rede adiantou que o número de pessoas que aceitam a ajuda da APAV tem vindo a aumentar desde 2016 e que em 2019 deverá continuar "a curva ascendente".

De acordo com Carla Ferreira, receberam 131 novos pedidos de ajuda até Maio, mas esse número já mais do que duplicou, o que leva a responsável a afirmar que este ano irá terminar com um número superior de casos aos registados em 2018. Os dados da rede CARE mostram que no ano passado foram apoiadas 304 crianças e jovens, um número acima das 251 registadas em 2017 e das 195 que pediram ajuda em 2016.

“Em Maio já tínhamos apoiado 881 crianças, o que dá uma média de 22 novas situações por mês”, revelou, acrescentando que se trata do total dos três anos e que esse número deverá ultrapassar os mil casos até ao final do ano.

Carla Ferreira apontou que “a maioria dos crimes são praticados no seio da família”, já que em 54% dos casos acompanhados os abusos sexuais ocorreram dentro do seio familiar. “Na melhor das hipóteses, estamos a falar de 10% de casos que são praticados por pessoas completamente desconhecidas da vítima, o que significa que os restantes 90% são praticados por pessoas que a vítima conhece ou com quem a vítima contacta regularmente”, apontou Carla Ferreira.

O psicólogo clínico e secretário-geral do Instituto de Apoio à Criança, que é também responsável pela linha telefónica SOS Criança (específica para denúncia de abusos sexuais), também sustentou que a maior parte dos casos acontece “dentro das quatro paredes”, havendo casos de crianças abusadas por pais, padrastos e madrastas ou amigos da família.

De acordo com Manuel Coutinho, até ao dia 15 de Novembro, a linha SOS Criança tinha recebido 22 pedidos de ajuda por suspeitas de abuso sexual e dois por pornografia infantil, sendo que relativamente aos abusos sexuais, o IAC recebeu 170 contactos desde 2014.

O responsável apontou que o abuso sexual de crianças “é uma situação miserável”, que deixa “marcas irreversíveis no desenvolvimento harmonioso da criança”, podendo deixar marcas que vão desde o medo, insegurança, insónias ou terrores nocturnos, a casos de insucesso escolar, perda de auto-estima, ou verem-se como os responsáveis pela situação.

Manuel Coutinho defendeu que é importante não só prestar apoio a estas crianças e jovens, como mostrar que os abusadores são devidamente julgados e condenados, de maneira a que a vítima perceba que o agressor foi responsabilizado pelo crime. Entende, por isso, que se deveria aplicar penas efectivas, sustentando que uma "pena suspensa não repara de maneira nenhuma aquilo que foi feito a uma criança vítima".

Segundo os dados estatísticos do Ministério da Justiça, 822 pessoas foram condenadas nos últimos três anos por abuso sexual de menores, a maior parte dos quais (49%) a pena suspensa com regime de prova, tendo sido aplicada pena efectiva em 31% dos casos.

O MIRANTE

El Corte Inglés e Associação Portuguesa de Apoio à Vítima celebram parceria até 2021

O El Corte Inglés Portugal e a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima assinaram um protocolo que vigora até 2021 e no qual se inserem várias campanhas e ações de sensibilização, formação, recolha de fundos, parcerias de divulgação de atividades programadas e apoio à reinserção no mercado de trabalho.

A primeira ação levada a cabo em conjunto começou dia 21 de novembro e decorreu até dia 25, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. Por cada bolo vendido nas cafetarias do El Corte Inglés – fatia de tarte de maçã em Lisboa e de bolo de maçã com chá verde em Gaia – foi doado 1,50 euros à APAV.

O protocolo com a APAV surge no âmbito da responsabilidade social corporativa do El Corte Inglés e, para além da empresa se comprometer com apoio financeiro, todas as campanhas de sensibilização, informação ou recolha de fundos estendem-se não só a clientes como também a colaboradores e colaboradoras. *"Formalizar esta parceria significa, para a APAV, que podemos fazer chegar a mais pessoas a urgência da eliminação da violência de género. Este é o início de uma relação de cooperação e amizade pelos direitos das vítimas de crime"*, refere Carmen Rasquete, secretária-geral da APAV.26

Renascença

Porque é que as orientações sexuais podem ser violentas

VI Jornadas Contra a Violência, organizadas pela APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), debateram vítimas especialmente vulneráveis, em Santarém, na quinta-feira, 28 de Novembro.

A orientação sexual de cada pessoa não está escrita na testa, Marta Ramos da ILGA Portugal, apontou, nas VI Jornadas Contra a Violência, organizadas pela APAV de Santarém, as vulnerabilidades da comunidade LGBTI que representa.

Marta Ramos falou ainda de discriminação em contexto laboral, em contexto familiar, no acesso a bens e serviços e na relação por vezes complicada com a comunicação social.

Sobre o apoio da APAV aos migrantes Joana Menezes destacou as dificuldades acrescidas dos cidadão estrangeiros.

Esteve ainda em destaque neste painel dedicado às vítimas especialmente vulneráveis, moderado por Joana Emídio, Directora Executiva de O MIRANTE, o apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual.

Carla Ferreira reforçou a importância de uma intervenção rápida com o mínimo de pessoas envolvidas no processo e falou da importância de acreditar na criança.

“Não tenham medo de denunciar”, pede Marcelo

25 nov, 2019 - 12:24 • Filipe d'Avillez com redação

A violência doméstica é intolerável numa sociedade civilizada e democrática, considera o Presidente da República.

Marcelo Rebelo de Sousa de visita ao Espaço Júlia, no Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, em Lisboa. Foto: António Pedro Santos/Lusa

Marcelo Rebelo de Sousa pediu esta segunda-feira que ninguém tenha medo de denunciar casos de violência doméstica.

À saída do Espaço Júlia, de resposta integrada de apoio à vítima, em Lisboa, o Presidente disse aos jornalistas que compreende que é difícil, mas é importante informar as autoridades.

“Não tenham medo de denunciar, e as vítimas não tenham medo de defender os seus direitos.”

“Sei que é difícil, porque há agressores muito próximos que pressionam muito”, reconhece Marcelo Rebelo de Sousa, acrescentando que “numa sociedade civilizada e democrática é intolerável a violência doméstica.”

A visita foi uma forma de assinalar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, que se assinala esta segunda-feira.

Mais de 100 mil crimes em cinco anos

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou em cinco anos mais de 100.000 crimes em contexto de violência doméstica e apoiou mais de 43.000 pessoas, a maioria (86%) mulheres.

Com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos (cerca de 42%), as vítimas de violência doméstica eram sobretudo mulheres casadas (33,7%) e pertenciam a um tipo de família nuclear com filhos/as (41,2%).

Tendo em conta o tipo de problemáticas existentes, prevalece o tipo de vitimação continuada em cerca de 80% das situações, com uma duração média entre os dois e os seis anos (16,9%). Os dados da APAV indicam que a residência foi o local mais escolhido para a "ocorrência dos crimes" em cerca de 64% das situações.

Já as queixas/denúncias registadas ficam-se nos 41,2% face ao total de autores/as de crime assinalados.

As vítimas continuam a ser maioritariamente do sexo feminino - cerca de 86 % - a mesma percentagem de autores do crime/agressores do sexo masculino.

"O fenómeno da violência doméstica contra as mulheres abrange vítimas de todas as condições e estratos sociais e económicos. A violência - física, psicológica, sexual, financeira -- não pode ser tolerada", sublinha a APAV.

No âmbito do Dia pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, a APAV refere que se associa à campanha #Ditados Impopulares, promovida pela República Portuguesa e pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), e promove exposições, sessões e ações de sensibilização por todo o país, através dos seus gabinetes de apoio à vítima.

Os dados divulgados na passada sexta-feira pelo Governo indicam que 33 pessoas foram mortas este ano em contexto de violência doméstica, entre 25 mulheres adultas, uma criança e sete homens.

labor.pt
semanário

Entre 2013 e 2018 a APAV registou 43.456 processos de apoio a vítimas deste crime

O número de mulheres mortas, vítimas de violência doméstica, aumentou de 20 em 2017 para 24 em 2018. Todas as vítimas tiveram ou tinham uma relação com o agressor, sendo os casos mais predominantes entre casais ou ex-casais. Os casos de violência doméstica que terminam em morte da vítima continuam a aumentar e já atingiram 32 pessoas em 2019, das quais 23 eram mulheres, oito eram homens e uma criança.

A história de cada uma delas pode ser lida na notícia "Não digam que foi por amor" da jornalista Raquel Moleiro publicada recentemente pelo semanário Expresso.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) divulgou as estatísticas de vítimas de violência doméstica de 2013 a 2018 no Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres assinalado a 25 de novembro.

Entre 2013 e 2018 a APAV registou 43.456 processos de apoio a pessoas vítimas de violência doméstica que se traduziram em 104.729 factos criminosos. Destes, 100.049 são crimes de violência doméstica em sentido estrito, que correspondem a atos criminosos enquadráveis no artigo 152º do código penal, e 4.680 são crimes de violência em sentido lato que inclui outros crimes em contacto doméstico. Das 43.456 vítimas, 37.294 são do sexo feminino, 5.963 do sexo masculino e 199 não foram possíveis de apurar. Em 33,3% dos casos o cônjuge era o agressor; 21,1% outros; 16,1% companheiro(a); 11% filho(a); 10,1% ex-companheiro(a); e 8,4% pai/mãe.

Dos 43.456 casos de violência doméstica, 6.928 dizem respeito a 2018, 6.909 a 2017, 7232 a 2016, 7878 a 2015, 7238 a 2014 e 7271 a 2013. A idade das vítimas está entre o zero e os 10 anos em 245 dos casos registados no ano passado, entre os 11 e os 17 em 268, entre os 18 e os 25 em 468, os 26 e os 35 em 859, os 36 e os 45 em 1.235, os 46 e os 55 em 968, os 56 e os 64 em 556, em mais de 65 em 694 e não foi possível apurar qual a idade em 1.635 dos casos. Já o estado civil das vítimas era em 2.237 dos casos casadas, 620 divorciadas, 358 separadas, 1.502 solteiras, 830 em união de facto, 229 viúvas e não foi possível apurar o estado civil em 1.157 dos casos. O tipo de família era em 317 dos casos alargada, 704 indivíduo isolado, 959 monoparental, 2.612 nuclear com filhos, 439 nuclear sem filhos, 84 outro e 1.352 não foi possível apurar.

18.330 DOS CASOS PARTIRAM DE UMA QUEIXA OU DENÚNCIA

Dos 43.456 casos de violência registados nos últimos cinco anos, 18.330 partiram de uma queixa e/ou denúncia, 19.445 não partiu desse modo e 6.737 dos casos não foi apurada a forma como foram dados a conhecer. Nestes crimes, 38.182 agressores eram do sexo masculino, 5.664 do sexo feminino e 666 não foram possíveis apurar. As idades dos agressores variavam entre o zero e os 17 anos em 282 dos casos, 18 a 25 anos em 1.610, 26 e 35 em 3.889, 36 e 45 em 6499, 46 e 55 em 4.924, 56 e 64 em 2.608, mais de 65 em 2.148 e não conseguiram apurar a idade em 22.552 casos.

A duração das agressões registadas em 2018 tiveram a duração entre um a seis meses em 311 dos casos, sete meses a um ano em 426, dois a seis anos em 928, sete a 11 anos em 352, 12 a 25 anos em 465, 26 a 40 anos em 232, mais de 40 anos em 72 casos e não foi possível saber o espaço temporal em 3.206 casos.

Em 6.052 dos casos a vitimização foi continuada, 288 não continuada e 776 não sabem ou não responderam. Os dados da APAV dão a conhecer a atividade dos agressores dos casos registados, entre os quais daremos destaque aos que correspondem ao ano de 2018, em que 1.038 estavam desempregados, 2.751 empregados, 79 eram estudantes, 533 reformados, 11 domésticos(as), 79 incapacitados para trabalhar, 79 outra atividade e 2.546 não sabem ou não responderam. O local dos crimes foi em residência comum em 64,3% dos casos, na residência da vítima em 13,5%, em lugar ou na via pública em 8,4%, na residência do autor em 5%, no local de trabalho em 2,2% dos casos e não foi possível apurar por não saberem ou não responderem em 6,6% dos casos. Os dados das estatísticas de anos anteriores podem ser consultados neste estudo disponível no site da APAV.

SE PRECISAR DE AJUDA LIGUE PARA A LINHA DE APOIO À VÍTIMA

Se vive ou testemunha um caso em contexto de violência doméstica pode ligar para a Linha de Apoio à Vítima através do 116 006 nos dias úteis das 9h00 às 21h00. A chamada é gratuita.

Caras conhecidas apoiam Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Leandro Pires, Nádia Silva e Sílvio Nascimento

Os famosos associaram-se à Priorité e à sua embaixadora Cinthya Miranda, com o objetivo de apoiar a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Edmundo Vieira, Diogo Faria, José Figueiras, Sílvio Nascimento, entre outros, juntaram-se para conhecer o creme Ésponges D'Priorité no cocktail de lançamento da campanha solidária.

Sendo este mês, a altura em que se assinala a eliminação da violência contra as mulheres, a Priorité arranca com esta campanha que decorrerá até o dia 31 de maio de 2020. Na compra de um creme Ésponges D'Priorité reverte um euro para a APAV.

A luta pela eliminação da violência contra as mulheres é uma das preocupações da marca Priorité, homenageando a mulher, apelando à sua coragem e força.

JOSEFINAS RECEBE PRÉMIO POR T-SHIRTS SOLIDÁRIAS

'You can leave' é o título de uma nova colecção de T-shirts que a marca portuguesa Josefinas lançou em parceria com a APAV. Com ilustrações de apoio e encorajamento a mulheres vítimas de violência doméstica, foi já premiada pela plataforma francesa Adforum, que a incluiu entre as cinco melhores campanhas do mundo a serem lançadas esta semana.

Célebre pelas coleções de sabrinas, a Josefinas destaca-se agora com uma linha especial de T-Shirts solidárias. A marca inspirou-se em casos de mulheres vítimas de violência doméstica para apresentar três modelos – ilustrados pela artista britânica Jaqueline Bisset – cujas vendas revertem a favor da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

'Escorreguei', 'Fui contra uma porta' ou 'Caí pelas escadas', são as três frases-chave que servem de mote para a campanha, que para além das T-Shirts, conta também com uma edição limitada de sapatilhas e de atacadores, estampados com mensagens anti-violência.

Fundada há sete anos em Braga pela dupla Maria Cunha e Filipa Júlio, as Josefinas têm construído um percurso de sucesso internacional, baseado sobretudo na aposta em sabrinas de luxo feitas à mão. Presente em 60 países, a marca aumentou as vendas de calçado em 50% no primeiro semestre deste ano. México, Hong Kong e Reino Unido são alguns dos principais mercados.

Milhares de crianças vítimas de abuso sexual nos últimos três anos

Mais de 2.700 crianças foram vítimas de abusos sexuais nos últimos três anos e, já em 2019, dezenas de crianças e jovens pediram ajuda por causa de um crime que acontece sobretudo na família e deixa marcas irreversíveis.

24 Novembro, 2019 - 15:16

Record TV com Lusa

A 18 de novembro assinalou-se o Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual, uma data criada pelo Conselho da Europa para lembrar que, em média, uma em cada cinco crianças na Europa são vítimas de alguma forma de violência ou exploração sexual.

Os dados estatísticos do Ministério da Justiça mostram que nos últimos três anos, entre 2016 e 2018, foram registados 2.752 crimes de abuso sexual de menores pelas autoridades policiais portuguesas, tendo havido mais de 5 mil processos que deram entrada na Polícia Judiciária.

Já durante este ano várias dezenas de crianças e jovens precisaram do apoio da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e do Instituto de Apoio à Criança por causa deste tipo de crime.

A APAV tem desde 2016 em funcionamento o projeto CARE, uma rede de apoio cofinanciada pela Fundação Calouste Gulbenkian, que apoia crianças e jovens vítimas de abuso sexual de forma gratuita, referenciados pela Polícia Judiciária, aos quais dão ajuda psicológica, jurídica ou até para lidar com as diligencias processuais.

Em declarações à agência Lusa, a responsável pela rede adiantou que o número de pessoas que aceitam a ajuda da APAV tem vindo a aumentar desde 2016 e que em 2019 deverá continuar "a curva ascendente".

De acordo com Carla Ferreira, receberam 131 novos pedidos de ajuda até maio, mas esse número já mais do que duplicou, o que leva a responsável a afirmar que este ano irá terminar com um número superior de casos aos registados em 2018.

Os dados da rede CARE mostram que no ano passado foram apoiadas 304 crianças e jovens, um número acima das 251 registadas em 2017 e das 195 que pediram ajuda em 2016.

"Em maio já tínhamos apoiado 881 crianças, o que dá uma média de 22 novas situações por mês", revelou, acrescentando que se trata do total dos três anos e que esse número deverá ultrapassar os mil casos até ao final do ano.

Carla Ferreira apontou que "a maioria dos crimes são praticados no seio da família", já que em 54% dos casos acompanhados os abusos sexuais ocorreram dentro do seio familiar.

"Na melhor das hipóteses, estamos a falar de 10% de casos que são praticados por pessoas completamente desconhecidas da vítima, o que significa que os restantes 90% são praticados por pessoas que a vítima conhece ou com quem a vítima contacta regularmente", apontou Carla Ferreira.

O psicólogo clínico e secretário-geral do Instituto de Apoio à Criança, que é também responsável pela linha telefónica SOS Criança, específica para denúncia de abusos sexuais, também sustentou que a maior parte dos casos acontece "dentro das quatro paredes", havendo casos de crianças abusadas por pais, padrastos ou amigos da família.

De acordo com Manuel Coutinho, até ao dia 15 de novembro, a linha SOS Criança tinha recebido 22 pedidos de ajuda por suspeitas de abuso sexual e dois por pornografia infantil, sendo que relativamente aos abusos sexuais, o IAC recebeu 170 contactos desde 2014.

O responsável apontou que o abuso sexual de crianças "é uma situação miserável", que deixa "marcas irreversíveis no desenvolvimento harmonioso da criança", podendo deixar marcas que vão desde o medo, insegurança, insónias ou terrores noturnos, a casos de insucesso escolar, perda de autoestima, ou verem-se como os responsáveis pela situação.

Manuel Coutinho defendeu que é importante não só prestar apoio a estas crianças e jovens, como mostrar que os abusadores são devidamente julgados e condenados, de maneira a que a vítima perceba que o agressor foi responsabilizado pelo crime.

Entende, por isso, que o legislador deveria ter mais atenção nestes casos e aplicar penas efetivas, sustentando que uma "pena suspensa não repara de maneira nenhuma aquilo que foi feito a uma criança vítima".

Segundo os dados estatísticos do Ministério da Justiça, 822 pessoas foram condenadas nos últimos três anos por abuso sexual de menores, a maior parte dos quais (49%) a pena suspensa com regime de prova, tendo sido aplicada pena efetiva em 31% dos casos.

Os dados estatísticos do Ministério da Justiça mostram que nos últimos três anos, entre 2016 e 2018, foram registados 2.752 crimes de abuso sexual de menores pelas autoridades policiais portuguesas, tendo havido mais de 5 mil processos que deram entrada na Polícia Judiciária.

Já durante este ano várias dezenas de crianças e jovens precisaram do apoio da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e do Instituto de Apoio à Criança por causa deste tipo de crime.

A APAV tem desde 2016 em funcionamento o projeto CARE, uma rede de apoio cofinanciada pela Fundação Calouste Gulbenkian, que apoia crianças e jovens vítimas de abuso sexual de forma gratuita, referenciados pela Polícia Judiciária, aos quais dão ajuda psicológica, jurídica ou até para lidar com as diligencias processuais.

Em declarações à agência Lusa, a responsável pela rede adiantou que o número de pessoas que aceitam a ajuda da APAV tem vindo a aumentar desde 2016 e que em 2019 deverá continuar "a curva ascendente".

De acordo com Carla Ferreira, receberam 131 novos pedidos de ajuda até maio, mas esse número já mais do que duplicou, o que leva a responsável a afirmar que este ano irá terminar com um número superior de casos aos registados em 2018.

Os dados da rede CARE mostram que no ano passado foram apoiadas 304 crianças e jovens, um número acima das 251 registadas em 2017 e das 195 que pediram ajuda em 2016.

"Em maio já tínhamos apoiado 881 crianças, o que dá uma média de 22 novas situações por mês", revelou, acrescentando que se trata do total dos três anos e que esse número deverá ultrapassar os mil casos até ao final do ano.

Carla Ferreira apontou que "a maioria dos crimes são praticados no seio da família", já que em 54% dos casos acompanhados os abusos sexuais ocorreram dentro do seio familiar.

"Na melhor das hipóteses, estamos a falar de 10% de casos que são praticados por pessoas completamente desconhecidas da vítima, o que significa que os restantes 90% são praticados por pessoas que a vítima conhece ou com quem a vítima contacta regularmente", apontou Carla Ferreira.

O psicólogo clínico e secretário-geral do Instituto de Apoio à Criança, que é também responsável pela linha telefónica SOS Criança, específica para denúncia de abusos sexuais, também sustentou que a maior parte dos casos acontece "dentro das quatro paredes", havendo casos de crianças abusadas por pais, padrastos ou amigos da família.

De acordo com Manuel Coutinho, até ao dia 15 de novembro, a linha SOS Criança tinha recebido 22 pedidos de ajuda por suspeitas de abuso sexual e dois por pornografia infantil, sendo que relativamente aos abusos sexuais, o IAC recebeu 170 contactos desde 2014.

O responsável apontou que o abuso sexual de crianças "é uma situação miserável", que deixa "marcas irreversíveis no desenvolvimento harmonioso da criança", podendo deixar marcas que vão desde o medo, insegurança, insónias ou terrores noturnos, a casos de insucesso escolar, perda de autoestima, ou verem-se como os responsáveis pela situação.

Manuel Coutinho defendeu que é importante não só prestar apoio a estas crianças e jovens, como mostrar que os abusadores são devidamente julgados e condenados, de maneira a que a vítima perceba que o agressor foi responsabilizado pelo crime.

Entende, por isso, que o legislador deveria ter mais atenção nestes casos e aplicar penas efetivas, sustentando que uma "pena suspensa não repara de maneira nenhuma aquilo que foi feito a uma criança vítima".

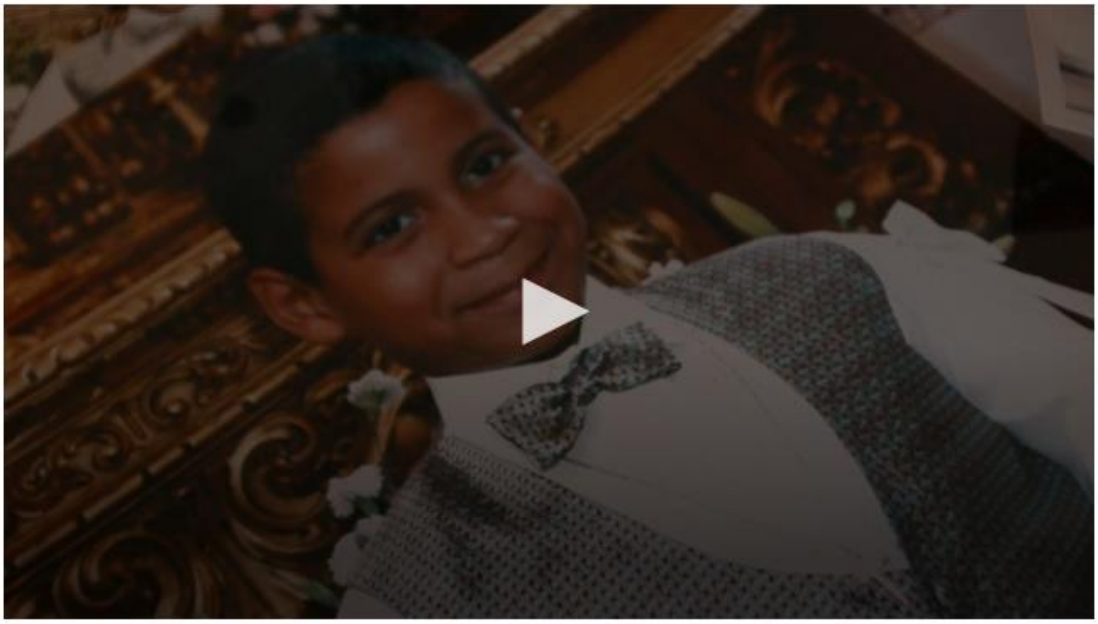
Segundo os dados estatísticos do Ministério da Justiça, 822 pessoas foram condenadas nos últimos três anos por abuso sexual de menores, a maior parte dos quais (49%) a pena suspensa com regime de prova, tendo sido aplicada pena efetiva em 31% dos casos.

tvi24

Alexandra Borges: o bullying mata, mas em Portugal não é crime

Uma em cada três crianças é vítima de bullying e o ciberbullying é um fenómeno em crescimento

2019-11-26 21:04 | Alexandra Borges



Em apenas dois meses de aulas foram reportados às autoridades mais de 200 casos de violência escolar. Mas à margem destes números existem outros, os do bullying. Ninguém sabe quantas vítimas podem existir, porque em Portugal, o bullying não é crime.

O último inquérito TALIS aponta para uma descida dos casos, a nível do ensino básico, dos 15% para os 7%. Mas estes números baseiam-se apenas em situações reportadas por professores e diretores de escolas, e os casos de bullying acontecem, quase sempre, às escondidas dos adultos.

Segundo a APAV, nos últimos anos, tem-se registado um aumento de casos de ciberbullying. São cada vez mais os jovens com acesso às redes sociais, um mundo que acontece, quase sempre, fora do controlo dos adultos.

A TVI foi investigar estes casos e chegou até áudios originais, partilhados num grupo de WhatsApp de uma turma do ensino secundário, extremamente violentos, que quase levaram ao suicídio de uma rapariga de 15 anos. Tudo isto, numa das melhores escolas do ranking nacional.

O MIRANTE

VI Jornadas de Santarém contra a Violência decorrem a 28 de Novembro

Jornadas da APAV contra a violência regressam a Santarém para a sexta edição.

A APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove, a 28 de Novembro, as VI Jornadas de Santarém contra a Violência. Um dia dedicado à discussão e reflexão no âmbito do apoio a vítimas de crime e da prevenção da vitimação e da violência.

O evento acontece no Teatro Sá da Bandeira, em Santarém, e conta com a presença de João Lázaro (Presidente da APAV), do presidente da Câmara Municipal de Santarém, Ricardo Gonçalves e do presidente da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Pedro Ribeiro, na sessão de abertura.

Um conjunto de especialistas irá abordar três áreas principais: a violência em contexto de relações de intimidade; propostas de prevenção no combate ao cibercrime; e a violência contra as vítimas especialmente vulneráveis.

O evento é gratuito mas carece de inscrição obrigatória em apav.pt/jornadas.

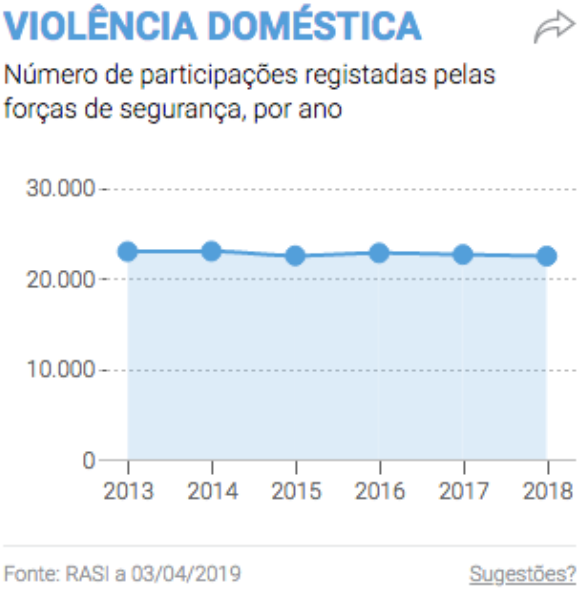
OBSERVADOR

Violência doméstica pode impedir arguidos de ver filhos, prevê proposta de lei

Nova proposta lei prevê que em casos de violência doméstica se alterem as responsabilidades parentais, a utilização da morada familiar e a guarda de animais domésticos temporariamente.

O Governo vai poder alterar responsabilidades parentais, a utilização da casa de morada de família e a guarda de animais domésticos para arguidos em casos de violência doméstica com uma duração de três meses, é o que diz uma nova proposta lei do Governo.

Caso o Ministério Público (MP) ache necessário, vai poder, além de tudo isto, suspender o regime de visitas. Tudo a ser aplicado com caráter urgente numa medida que procura proteger os restantes membros de famílias abaladas por violência doméstica. Para tal só precisam de ser ouvidos o representante do MP e os membros da família em questão, sendo também possível, se necessário, acionar o Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, segundo o que avança o jornal Público.



A medida, focada sobretudo na proteção de menores, pode ter um período de três meses e será tomada pelos tribunais de instrução. Ao Público, a APAV disse que a proposta deveria proporcionar uma alteração mais profunda aos "estatutos das vítimas de crime em geral e de violência doméstica em particular", mas ressalta que "são claramente positivos os esforços de alteração da legislação".

Esta proposta de lei vem no âmbito da harmonização dos tribunais defendida pela ministra da Justiça, Francisca Van Dunem. "É preciso encontrar um modelo que permita fazer a conciliação das decisões dos tribunais criminais e dos tribunais de família e menores para que haja uma maior harmonia", afirmou a ministra relativamente ao conflito que por vezes se gera em relação às decisões contraditórias entre tribunais face aos mesmos casos de violência doméstica.

Nesse sentido, a procuradora Lucília Gago aprovou várias "orientações de atuação uniforme na área da violência doméstica" com certos procedimentos a seguir pelo MP, uma forma de "colmatar as insuficiências de comunicação e articulação" dos tribunais de família e menores e a própria investigação criminal.

Notícias de Vila Real

23 mulheres mortas por violência doméstica em 2019

27 Novembro, 2019 Vila Real

Em Vila Real, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, dia 25 de novembro, começou com um largar de cerca de 100 balões nas escadas da Câmara Municipal de Vila Real. Uma iniciativa que reuniu membros da Câmara Municipal e da Escola Camilo Castelo Branco, com o objetivo de sensibilizar os cidadãos relativamente a esta temática.

Porém, um dia e uma temática com esta importância precisavam de criar mais impacto e sensibilização. Foi o que sucedeu, nos claustros do ex-governo civil, na passada segunda-feira, com a inauguração duma exposição de campanhas de sensibilização. Um evento organizado pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Vila Real em parceria com o município de Vila Real e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que reuniu estudantes, professores, forças de segurança e cidadãos, para uma iniciativa de sensibilização.

No meio do ruído feito pelos presentes, ouviu-se um grito masculino violento, seguido do som dum estalo que, de repente, provocou um grande silêncio. Foi assim que começou a performance dos estudantes do curso de Teatro e Artes Performativas da UTAD, provocando um grande impacto nos presentes, quer através dos gritos, quer devido aos hematomas que podiam ver-se nas personagens femininas.

"Pretende-se essencialmente contribuir para a sensibilização da comunidade em geral, dos jovens, das crianças, em especial, para a problemática da violência contra as mulheres. A prevenção e a sensibilização são fundamentais. Intervir cada vez mais precocemente junto dos nossos jovens para comportamentos menos corretos que não incluam a violência, na forma de interagir com os seus pares, faz com que o futuro de perspetive melhor", declarou Elisa Brites, gestora da APAV de Vila Real.

SAPO24

Ministério Público quer que as crianças expostas a violência doméstica sejam ouvidas em tribunal

Lucília Gago quer magistrados do Ministério Público a pedir aos juízes de instrução criminal para que as crianças que sejam expostas a violência doméstica sejam ouvidas em tribunal.

A procuradora-geral da República (PGR), Lúcia Gago, assinou na sexta-feira uma diretiva com "orientações de atuação uniforme na área da violência doméstica" para os magistrados do Ministério Público (MP). A notícia foi avançada esta terça-feira pelo Público.

No documento, existem "procedimentos específicos" para que os magistrados peçam, ao juiz de instrução criminal, sempre que se verifiquem esses casos, que as crianças sejam chamadas e ouvidas em tribunal.

A diretiva indica que, ainda que as crianças não sejam vítimas diretas dos atos de violência, o magistrado deve requerer "obrigatoriamente a tomada de declarações para memória futura das mesmas".

Já mais de 30 pessoas perderam este ano a vida, vítimas de crimes de violência doméstica.

No momento em que as vítimas decidem denunciar um caso de violência doméstica "podem contactar imediatamente a polícia, através do 112 ou procurando o número da esquadra local. O crime de violência doméstica é um crime público que pode ser denunciado por qualquer pessoa. O crime pode ocorrer em Lisboa, mas as pessoas podem fazer denúncia em Braga, não é um crime com território, não prescreve no tempo", explica Daniel Cotrim da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em declarações ao **SAPO24** no âmbito da campanha #NãoFiqueÀEspera, que marcou o momento em que se registaram mais de 30 mortes só este ano.

Além disso, a vítima pode procurar o apoio de associações, como a APAV. "Temos um número gratuito, o **116 006**, em [as pessoas] são ouvidas por um conjunto de técnicos com preparação, [depois] é avaliado o grau de risco e a partir daqui é pensada a sua situação".

"É importante dizer às pessoas que querem denunciar, que querem sair de uma situação de violência doméstica, que quanto mais depressa derem este passo, mais depressa ficam livres para poderem reformular a sua vida", diz Daniel Cotrim, salientando ainda que "as casas-abrigo não são a única resposta que existe em Portugal. Elas são a resposta de fim de linha, existem outras".

"O silêncio é infelizmente a grande companhia da maioria das vítimas de violência doméstica e é infelizmente a grande arma que os agressores e agressoras usam", concluiu.

dnoticias.pt

Crimes sexuais contra crianças na Internet aumentaram 40% entre Janeiro e Outubro

AGÊNCIA LUSA / PORTUGAL / 18 NOV 2019 / 18:49 H.

Os crimes de cariz sexual praticados na Internet contra as crianças aumentaram em Portugal cerca de 40%, entre janeiro e outubro deste ano, disse hoje à agência Lusa a inspetora-chefe da Polícia Judiciária (PJ) Carla Costa.

Falando a propósito do Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual que hoje foi assinalado em Lisboa, a inspetora-chefe da Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológico (UNC3T) referiu que a investigação e a deteção dos agressores sexuais resulta não só da apresentação de denúncias mas de todo um trabalho de "prevenção e monitorização" no espaço da Internet.

Carla Costa admitiu que a investigação deste tipo de crimes é morosa e "por vezes complicada", porque implica a colaboração de outras entidades - servidores e operadores -, exigindo a intervenção de um juiz para autorizar certas diligências.

A inspetora-chefe realçou ainda a importância das parcerias com a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) e com a associação "Miúdos Seguros na NET", a qual tem desenvolvido ações de sensibilização nas escolas e divulgado conteúdos relacionados com a temática.

Carla Costa reconheceu que o facto de tais ilícitos praticados contra as crianças serem "crime público" facilita a abertura da investigação, porque esta deixou de estar dependente de queixa ou de participação às autoridades policiais e judiciárias.

A inspetora-chefe da PJ revelou que esta polícia de investigação criminal está a "fazer estudos sobre os perfis dos agressores sexuais online", adiantando que 97% destes são do sexo masculino. Quanto à faixa etária, esta tem-se mostrado "diversa" até ao momento.

Por outro lado - indicou ainda - alguns dos agressores sexuais têm já antecedentes criminais relacionados com esta tipologia de crimes, designadamente pornografia de menores, mas também com outro género de criminalidade associado.

Em seu entender, neste momento é "importante" prosseguir com a prevenção e com as diversas ações e campanhas de sensibilização junto das escolas e das crianças e jovens, até porque se tratam de "vítimas fáceis" devido à idade e pouca experiência.

Entretanto, foi divulgado, no âmbito do dia que hoje se assinala, que mais de 2.700 crianças foram vítimas de abusos sexuais nos últimos três anos e que já em 2019 dezenas de crianças e jovens pediram ajuda por causa de um crime que acontece sobretudo na família e deixa marcas irreversíveis.

O Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual é uma data criada pelo Conselho da Europa para lembrar que, em média, uma em cada cinco crianças na Europa são vítimas de alguma forma de violência ou exploração sexual.

Os dados estatísticos do Ministério da Justiça mostram que nos últimos três anos, entre 2016 e 2018, foram registados 2.752 crimes de abuso sexual de menores pelas autoridades policiais portuguesas, tendo havido mais de 5 mil processos que deram entrada na PJ.

Segundo os dados estatísticos do Ministério da Justiça, 822 pessoas foram condenadas nos últimos três anos por abuso sexual de menores, a maior parte dos quais (49%) a pena suspensa com regime de prova, tendo sido aplicada pena efetiva em 31% dos casos.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Câmara de Lisboa quer ter mais 28 casas para vítimas de violência doméstica

Autarquia dispõe já de 30 casas para vítimas de violência doméstica e quer agora quase duplicar essa resposta. Esta segunda-feira assinala-se o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

Lusa · 25 de Novembro de 2019, 16:41

DANIEL ROCHA

A Câmara de Lisboa deverá quase duplicar o número de fogos disponíveis para pessoas vítimas de violência doméstica, passando de 30 para 58 casas, anunciou hoje a vereadora da Habitação.

Em declarações à agência Lusa, Paula Marques avançou que vai levar a reunião de câmara, no dia 5 de Dezembro, uma proposta "para duplicar praticamente a resposta" dada às vítimas de violência doméstica em matéria de disponibilização de habitação. O anúncio foi feito no dia em que se assinala o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

"Depois de as pessoas vítimas de violência doméstica passarem pelo processo de casas de abrigo, que é a resposta imediata para que a pessoa deixe de estar na situação em que estava, de perigo de vida, há um processo todo de reorganização de vida, de autonomização e este processo passa por alojamento em estrutura casa", explicou a vereadora da Habitação.

Paula Marques (Cidadãos por Lisboa, eleita na lista do PS) notou que a autarquia, num trabalho conjunto com três organizações, "já tinha 30 fogos disponíveis dispersos por toda a cidade", realçando que, após uma revisão do protocolo com as associações, a Câmara de Lisboa vai propor a disponibilização de mais 28 casas, em património disperso e bairros municipais, para pessoas nesta situação.

JUSTIÇA

Ministério Público quer passar a ouvir todas as crianças expostas a violência doméstica

Procuradora-geral da República assina directiva a instruir os procuradores a pedirem sempre a recolha de declarações para

LER MAIS

"Essas famílias, essas pessoas vítimas de violência doméstica, são acompanhadas por estas organizações, mas depois este processo celebra um contrato de arrendamento, igual a qualquer uma outra pessoa na cidade, em fogos da câmara, com toda a protecção de dados e acompanhamento da sua segurança, mas que são no fundo um passo seguinte na sua reorganização de vida e autonomização", acrescentou.

A vereadora disse ainda que, "a partir do momento" em que a proposta de revisão de protocolo for aprovada, "as casas são geridas com as organizações à medida que as pessoas vão precisando".

Os fogos são afectos às organizações, que são quem identifica quem está "em condições de passar para este passo à frente, de reorganização de vida e autonomização".

Questionada sobre quantas casas estão neste momento ocupadas por pessoas vítimas de violência doméstica, Paula Marques escusou-se a adiantar um número, avançando apenas que "são 30 [fogos] afectos às organizações", que "depois vão rodando".

"Há pessoas que após um ano por exemplo de autonomização estão em condições de regressar ao arrendamento privado ou até de saírem da cidade de Lisboa", pelo que o processo é "dinâmico", disse.

Até agora, a autarquia trabalhava com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV), referiu Paula Marques, notando que juntar-se-ão também a ILGA e a Casa Qui, com "uma incidência grande nas pessoas vítimas de violência doméstica LGBTI [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis], que são muitas vezes duplamente discriminadas e duplamente violentadas".

A autarca lembrou ainda que este ano "33 pessoas foram assassinadas em contexto de violência doméstica", números que considerou "muito expressivos", e aproveitou para realçar que, no seu entender, o apoio "não chega", sendo a prevenção uma "questão fundamental".

RTP NOTÍCIAS

PAÍS

25 Novembro 2019, 13:37

Marca de sapatos deu nomes de mulheres a cada par e receitas revertem a favor da APAV

por RTP

A marca de sapatos "Josefinas" e APAV lançam campanha para sensibilizar contra a violência doméstica.